ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB
SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA DA SAÚDE - SUVISA
LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA - LACEN

EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019.5064.2025.0061200-39

(X)Contratação delegada
( )Sistema de Registro de Preços - SRP

ESTRUTURAÇÃO DO EDITAL

I – Parte Invariável, tendo como componentes:
- a) Preâmbulo;
- b) Rito Procedimental;
- c) Formulários de documentos;
  1. Modelo de procuração
  2. Modelo de declaração por ME e EPP de limitação de celebração de contrato (art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021)
- d) Seção do Sistema de Registro de Preços - SRP:
  1. Especificações do SRP;
  2. Minuta da Ata de Registro de Preços;

II – Parte Variável, tendo como componentes:
- a) Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação);
- b) Minuta de contrato.

PREÂMBULO

1. Regência legal:

Esta licitação obedecerá as disposições da Lei n° 14.634, de 28 de novembro de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Federal nº 14.133, de 1° de abril de 2021, bem como do Decreto n° 22.885, de 20 de junho de 2024, do Decreto n° 22.888, de 26 de junho de 2024, e, na hipótese do Sistema de Registro de Preços, o Decreto nº 23.657, de 09 de maio de 2025, e respectivas alterações.

2. Objeto da licitação/Codificação no Certificado de Registro - SESAB: AQUISIÇÃO DE TESTES PARA O DIAGNÓSTICO DE DOENÇAS INFECCIOSAS, MARCADORES TUMORAIS E HORMÔNIOS – RELSP.

Família: 65.05	Código: 65.05.19.00128429-0	65.05.19.00128447-9	65.05.19.128465-7
	65.05.19.00128430-4	65.05.19.00128448-7	
	65.05.19.00128431-2	65.05.19.00128449-5	
	65.05.19.00128432-0	65.05.19.00128450-9	
	65.05.19.00128433-9	65.05.19.00128451-7	
	65.05.19.00128434-7	65.05.19.00128452-5	
	65.05.19.00128435-5	65.05.19.00128453-3	
	65.05.19.00128436-3	65.05.19.00128454-1	
	65.05.19.00128437-1	65.05.19.00128455-0	
	65.05.19.00128438-0	65.05.19.00128456-8	
	65.05.19.00128439-8	65.05.19.00128457-6	
	65.15.19.00128440-1	65.05.19.00128458-4	
	65.05.19.00128441-0	65.05.19.00128459-2	
	65.05.19.00128442-8	65.05.19.00128460-6	
	65.05.19.00128443-6	65.05.19.00128461-4	
	65.05.19.00128444-4	65.05.19.00128462-2	
	65.05.19.00128445-2	65.05.19.00128463-0	
	65.05.19.00128446-0	65.05.19.00128464-9	

3. Requisito de participação:

3.1 Inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia /SAEB

Serão admitidos a participar desta licitação os interessados, **inscritos ou não** no Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia, que atenderem a todas as exigências contidas neste edital, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que tenham realizado seu credenciamento como usuário junto ao Banco do Brasil, para a obtenção de chave de identificação ou senha individual.

3.2 Tratamento diferenciado e simplificado (ME e EPP)

( ) Participação restrita a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

(x) Ampla Participação

(x) Aquisições
(x) Sem reserva de cota
( ) Com reserva de cota
( ) Serviços – Sem reserva de cota
( ) Híbrido
( ) Itens com participação restrita a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
( ) Itens de Ampla Participação
( ) Aquisições
( ) Sem reserva de cota
( ) Com reserva de cota
( ) Serviços – Sem reserva de cota

3.2.1 Na concessão do tratamento diferenciado e simplificado, deverá ser observado o disposto no item "3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO" do Rito Procedimental.

3.3 Consórcio

3.3.1 A definição quanto à participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio observará o disposto no Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação).

4. Processo administrativo – Nº 019.5064.2025.0061200-39
Órgão/entidade e setor: Laboratório Central de Saúde Pública Profº Gonçalo Moniz – LACEN.

5. Modalidade/número de ordem:

(x) Pregão eletrônico **nº 055/2025 BBnº1078999**
( ) Concorrência eletrônica nº ___/___

6. Modo de disputa

(x) Aberto
( ) Aberto e fechado
( ) Fechado e aberto

7. Intervalo mínimo de diferença entre lances (degrau de valor ou percentual): $0,10 (dez centavos)

(x) Sim (conforme orçamento estimado em planilha constante do TR/Habilitação)
( ) Não

8. Critério de julgamento:

	( ) Por item
(x) Menor Preço	(x) Por lote
	( ) Global
	( ) preço global fixado
( ) Maior Desconto sobre	( ) tabela de preços praticada no mercado
	( ) itens do orçamento de referência (aplicação linear)

9. Ordem de fases da licitação:

(X) Na presente licitação, a fase de habilitação **sucederá** as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
( ) Na presente licitação, a fase de habilitação **antecederá** as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, conforme **ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes**, na forma do §1° do art. 17 da Lei Federal n° 14.133/2021.

10. Agendamento da vistoria, quando exigível no TR:

Responsável pelo agendamento de vistoria:
Servidor Responsável:
Endereço:
Horário: Tel.: *email*:

11. Meio de acesso à integra do edital:

11.1 Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), portal *Comprasnet.BA* e https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/.

12. Local, dia e hora para recebimento das propostas e documentos e início da sessão pública da licitação:

Site: https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/
Recebimento das propostas: das 08:45horas do dia 10/10/2025 às 08:45horas do dia 14/10/2025
Início da sessão pública: às 09:00horas do dia 14/10/2025.

13. Impugnação e pedido de esclarecimento:

13.1 A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados por petição junto ao Sistema Eletrônico de Informação – SEI, ou por mensagem no correio eletrônico (e-mail:) lacen.copel@saude.ba.gov.br.

14. Disponibilização de vista dos autos:

14.1 O licitante deverá solicitar o acesso aos autos, o qual será concedido por meio de envio de *link* para o correio eletrônico (lacen.copel@saude.ba.gov.br).

15. Controle prévio de legalidade ou dispensa de análise jurídica individualizada

( ) Declaro que o controle prévio do processo licitatório foi realizado pelo órgão de assessoramento jurídico, conforme o Parecer nº /20__ de ___/___/20___
(x) Declaro que a análise jurídica individualizada do processo licitatório está dispensada, nos termos do art. 19, §1º, da Lei nº 14.634/2023, conforme autorização constante do ato abaixo, tendo sido utilizadas as **minutas**

previamente padronizadas e divulgadas no sítio eletrônico da Procuradoria Geral do Estado, **sem** alteração de suas cláusulas: Art.: Anexo: ____, item: _____
Link das minutas: Data de download: 24/09/2025

16. Responsável pela consolidação das informações, componentes e anexos na minuta de edital, e meio de contato:
Servidor responsável e portaria de designação, Jô da Silva Lins Bacellar Portaria nº604 de 30 de junho de 2025
Endereço: Rua Waldemar Falcão, nº123 Horto Florestal
Horário: 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 16:00h. Tel.: 71 3112-4433 e 3116-5089
email: lacen.copel@saude.ba.gov.br
Local e data: Salvador, 24 de setembro de 2025
Assinatura/matrícula: 19.241.358-3
Jô da Silva Lins Bacellar

[ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA OU ÓRGÃO]
[OU]
[ENTIDADE]

RITO PROCEDIMENTAL

1. DIRETRIZES

1.1 O rito procedimental da presente licitação seguirá o disposto nesta seção, relativamente à operacionalização das fases do procedimento da licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica.

1.1.1 Para fins deste Edital, considera-se responsável pela licitação o agente de contratação ou comissão de contratação a quem compete a condução do procedimento licitatório.

1.1.2 No caso de pregão, o agente de contratação será designado pregoeiro.

1.2 Na presente licitação será observado o que se segue:

a) os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

b) os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional; e

c) o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

d) será disponibilizado o acesso aos documentos que compõem a proposta e os documentos de habilitação apresentados no processo licitatório.

2. ORDEM DAS FASES DA LICITAÇÃO

2.1 A realização da licitação pelo critério do menor preço ou maior desconto observará as seguintes fases sucessivas: a) preparatória; b) divulgação do edital de licitação; c) apresentação de propostas e lances; d) julgamento; e) habilitação; f) recursal; e g) homologação.

2.2 Na hipótese de inversão de fases, desde que observados os requisitos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e que seja disponibilizada a funcionalidade no sistema eletrônico, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 O *site*, dia e hora para recebimento das propostas e início da sessão pública estão indicados no Preâmbulo deste Edital.

3.1.1 Reputa-se credenciada a pessoa natural regularmente designada para representar a licitante no processo licitatório.

3.1.2 Cada licitante poderá credenciar apenas um representante e cada representante somente poderá representar uma única licitante.

3.2 O licitante deverá credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame.

3.2.1 O credenciamento do usuário implica em sua responsabilidade legal e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

3.2.2 O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o licitante responsável por todos os atos praticados.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 Não poderão disputar esta licitação:

a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de

mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) agente público do órgão ou entidade licitante;

i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.1 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.5 O impedimento relativo a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas "b" e "c" do subitem 3.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8 O disposto nas alíneas "b" e "c" do subitem 3.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.10 As vedações de que tratam a alínea "h" do subitem 3.4 e o subitem 3.4.1 se estendem a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, conforme o §2° do art. 9° da Lei Federal n° 14.133/2021.

Tratamento diferenciado e simplificado (Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4° da Lei Federal n° 14.133/2021)

3.11 Na concessão do tratamento diferenciado e simplificado, deverão ser observadas as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observado o disposto no art. 4° da Lei Federal n° 14.133/2021.

Aquisição com reserva de cotas

3.12 No caso de aquisição com reserva de cotas, serão observadas as seguintes disposições:

3.12.1 O percentual da cota reservada do quantitativo licitado está definido no TR/HABILITAÇÃO, a qual será destinada às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inc. III, da Lei Complementar nº 123/06.

3.12.2 A cota será disputada em lote apartado, do qual participarão apenas as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.12.3 A reserva da cota não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

3.12.4 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

3.12.5. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

3.12.6. Deverá ser priorizada a aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada seja inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

4. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. Os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública no Preâmbulo do Edital.

4.2 Na hipótese de inversão de fases, os licitantes encaminharão os documentos de habilitação simultaneamente com o cadastramento da proposta, na forma e no prazo estabelecidos no subitem 4.1.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema eletrônico:

a) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

b) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes deste Edital;

c) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema eletrônico, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

d) o cumprimento do disposto no inc. VI do art. 68 da Lei Federal n° 14.133/2021;

e) o cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências deste Edital.

4.3.1 Ao cumprir o disposto nas alíneas "b" e "e" do subitem 4.3, o licitante automaticamente declara:

a) a aceitação de todas as condições dos anexos deste Edital;

b) que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo, nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;

c) não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal;

d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inc. IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3.2 Nos preços formulados deverão estar incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal licitante, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo licitante das obrigações, salvo disposição diversa constante do Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação).

4.3.3 A declaração firmada em campo próprio do sistema eletrônico será suficiente para fazer prova da exigência nele contida, ressalvada a possibilidade de realização de diligência pelo responsável pela licitação para esclarecimentos adicionais, caso necessário.

4.3.3.1 O não atendimento, pelo licitante, de diligência a ele dirigida, será reputado desistência, implicando na sua exclusão do certame, sem prejuízo das consequências definidas na legislação.

4.4 O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5 A falsidade de qualquer declaração de que trata o item 4 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, na Lei Federal nº 14.133/2021 e as referidas na Lei nº 14.634/2023.

4.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e, quando for o caso, os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Na hipótese de inversão de fases, os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema eletrônico, até a abertura da sessão pública.

4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante.

4.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema eletrônico, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá as seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a alínea "a" deste subitem.

4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema eletrônico, o valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5. DO CONTEÚDO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá elaborar a sua proposta em conformidade com o que dispõe o TR/Habilitação.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Com a apresentação da proposta, o proponente assume o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.5.1 Os licitantes devem respeitar os preços máximos fixados pela Administração ou por órgão oficial competente ou constantes de tabela de preços referenciais.

5.5.2 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço resultante da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos fixados pela Administração ou por órgão oficial competente ou constantes da tabela de preços referenciais.

5.6 Somente será admitida a indicação da tributação relativa ao Simples Nacional pelos licitantes que explorem as atividades de serviço de vigilância, limpeza ou conservação, de forma exclusiva ou em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação à inclusão no Simples, conforme previsto no art. 17, §1º, c/c

art. 18, §5º-C, inc. VI, da Lei Complementar nº 123/2006, devendo observar, ainda, no que respeita ao serviço de vigilância, o disposto na Lei Federal nº 14.967, de 9 de setembro de 2024.

5.7 Nas licitações destinadas à contratação de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva que não sejam de serviço de vigilância, limpeza ou conservação, o licitante incluído no Simples Nacional deverá formular proposta considerando a tributação comum aplicável aos serviços, sob pena de desclassificação.

5.7.1 Na hipótese do subitem 5.7, o licitante que venha a ser contratado estará sujeito à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em face do disposto no art. 31, inc. II, da Lei Complementar nº 123/2006.

5.7.2 O pedido da exclusão do Simples Nacional deverá ser feito no prazo previsto no art. 30, §1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123/2006, devendo a contratada apresentar cópia do ofício encaminhado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de recebimento, como condição para recebimento da primeira fatura da prestação dos serviços.

6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FORMULAÇÃO DE LANCES

Sessão pública

6.1 A abertura da licitação se dará automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Preâmbulo deste Edital.

Lances

6.2 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

6.3 Ressalvada a hipótese de parametrização referida no subitem 4.9, é vedado ao licitante apresentar seus lances de forma sucessiva, padronizada, intermitente, simultânea ou em intervalos de poucos segundos entre eles, ou de outros mecanismos indicativos da utilização de software lançador "robô".

6.4 Se inobservada a vedação estabelecida no subitem 6.3, o responsável pela licitação desclassificará a proposta e determinará a consequente abertura de processo administrativo para apuração do ilícito.

6.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7 Será aplicado intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta (degrau).

6.7.1. O degrau deverá ser aquele indicado no TR/Habilitação.

6.8 Caso o sistema eletrônico disponibilize essa funcionalidade, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9 Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.10 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.11 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.12 Caso, durante a desconexão do sistema eletrônico para o responsável pela licitação, ocorra o encerramento da disputa, o responsável pela licitação dará prosseguimento aos atos do certame somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação deste Edital.

6.13 Caso não sejam apresentados lances pelos licitantes, o julgamento será feito com a proposta inicial.

6.14 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

Modo de disputa "aberto"

6.15 No modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.2 A prorrogação automática da etapa de lances de que trata o subitem 6.15.1 será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances, segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado.

6.15.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o responsável pela licitação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.5 Após o reinício previsto no subitem 6.15.4, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

Modo de disputa "aberto e fechado"

6.16 No modo de disputa "aberto e fechado" os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.16.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.16.2 Encerrado o prazo previsto no subitem 6.16.1, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado, e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.16.3 No procedimento de que trata o subitem 6.16.2, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.16.4 Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, o sistema possibilitará aos autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.16.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado.

Modo de disputa "fechado e aberto"

6.17 No modo de disputa "fechado e aberto" somente serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou de maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado.

6.17.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem 6.170, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.17.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.17.3 A prorrogação automática da etapa de lances de que trata o subitem 6.17.2 será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.17.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances, segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado.

6.17.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o responsável pela licitação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.17.6 Após o reinício previsto no subitem 6.17.5, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

Empate ficto

6.18 Em relação aos itens de ampla participação, será observado o que se segue:

6.18.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.18.2 Nas condições do subitem 6.18.1, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento), tratando-se de pregão eletrônico, ou de até 10% (dez por cento), tratando-se de concorrência eletrônica, relativamente à proposta mais bem classificada, serão consideradas empatadas com a primeira colocada (empate ficto).

6.18.3 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do subitem 6.18.2, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou em percentual de desconto superior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados da comunicação automática.

6.18.4 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais microempresas ou empresas de pequeno porte, em situação de empate ficto, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo.

6.18.5 No caso de equivalência dos valores ou dos percentuais de descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o critério de julgamento adotado, que se encontrem nos intervalos percentuais estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.6 Se não ocorrer o desempate, prevalecerá a melhor oferta inicial.

Empate real

6.19 Ocorrendo empate real, será observado o procedimento a seguir definido.

6.19.1 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.2 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme o art. 4º, §§1º a 3º, do Decreto nº 22.665/2024;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2.1 A comprovação do desenvolvimento de ações de equidade e de programa de integridade a que se referem as alíneas "c" e "d" deste subitem será feita por declaração do interessado, acompanhada da relação das ações desenvolvidas, mediante diligência do responsável pela licitação.

6.19.3 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.19.4 Se, após observados os subitens 6.19.2 e 6.19.3, não houver desempate, será realizado sorteio entre os licitantes, vedando-se qualquer outro critério.

Sorteio em ato público

6.20 A realização de sorteio, nas hipóteses previstas neste Edital, será realizada em ato público, para o qual os licitantes serão convocados, e do qual será lavrada ata específica.

6.20.1 Não sendo possível, por razões de ordem operacional, a realização do sorteio por meio do sistema eletrônico, deverá ser designada a realização de ato público presencial, assegurado o acompanhamento e a manifestação por videoconferência ou outro meio idôneo.

6.20.1.1 Na hipótese do subitem 6.20.1, o responsável pela licitação deverá juntar aos autos do processo licitatório no Sistema Eletrônico de Informações – SEI a gravação da sessão pública em áudio e vídeo, nos termos dos §§2° e 5° do art. 17 da Lei Federal n° 14.133/2021.

6.20.1.2 O link da gravação, para fins de disponibilização aos interessados, constará de despacho do responsável pela licitação.

***Chat* para troca de mensagens**

6.21 Ao final da disputa de lances, o sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o responsável pela licitação e os licitantes.

Verificação do atendimento às condições de participação

6.22 O responsável pela licitação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 do Rito Procedimental deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep); e

c) Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia - CAF, mantido pelo Órgão Central do Sistema de Registro Cadastral do Poder Executivo do Estado da Bahia.

6.23 A consulta aos cadastros poderá ser estendida aos administradores e sócios com poderes de administração da licitante, na hipótese de desconsideração da personalidade jurídica a que alude o art. 57 da Lei nº 14.634/2023.

6.24 Constatada a existência de sanção condenatória restritiva de direito transitada em julgado, nos termos dos arts. 43 e 44 do Decreto nº 23.113/2024**,** o licitante será excluído da licitação, hipótese em que o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, procedendo na forma do item 6 e seus subitens.

6.24.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o infrator de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Bahia.

6.24.2 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o infrator de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

6.25 Se, em decorrência da verificação a que se refere este item 6, o licitante for excluído do certame, o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, na forma este edital, e assim, sucessivamente, até a identificação de licitante que atenda às condições de participação.

7. Readequação da proposta e providências antecedentes à fase de julgamento

7.1 Por meio do *chat*, o responsável pela licitação solicitará do licitante mais bem classificado, conforme o caso: o envio da proposta readequada ao último lance ofertado; a declaração por ME e EPP de limitação de celebração de contratos, para fins de obtenção de benefícios da Lei Complementar nº 123/2006; os documentos necessários à avaliação da conformidade da proposta.

7.1.1 O responsável pela licitação concederá o prazo de 3 (três) horas para envio dos documentos referidos neste subitem.

7.1.2 O prazo definido no subitem 7.1.1 poderá ser prorrogado por solicitação fundamentada feita no "*chat*" pelo licitante, antes de sua conclusão.

7.1.3 Em casos justificados, constada a complexidade da proposta, o responsável pela licitação poderá fixar prazo diverso do definido no subitem 7.1.1, desde que não superior a 01 (um) dia útil.

7.1.4 No caso de licitação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, estas deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar, sob pena de não aceitação da proposta.

7.1.5 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante mais bem classificado deverá apresentar, por meio eletrônico, conforme o critério de julgamento adotado, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo que integra o TR/Habilitação, bem como com o detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores readequados ao valor final da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar, na forma disciplinada no TR/Habilitação.

7.1.6 A declaração, para fins de obtenção de benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo ser firmada, preferencialmente, de acordo com o modelo do formulário integrante deste Edital.

7.1.7 Os documentos necessários à avaliação da conformidade da proposta listados no TR/Habilitação compreenderão, dentre outros, os catálogos, manuais, fichas de especificação técnica ou páginas da *internet*.

7.1.8 O não envio de qualquer dos documentos de que trata este subitem 7.1 no prazo indicado pelo responsável pela licitação será considerada desistência, implicando na desclassificação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

8. FASE DE JULGAMENTO

8.1 O responsável pela licitação examinará a proposta do licitante mais bem classificado quanto à compatibilidade do preço ou do desconto e quanto ao atendimento das especificações do objeto.

Compatibilidade do preço

8.2 O responsável pela licitação aferirá a compatibilidade da proposta em relação ao máximo estipulado para contratação e quanto à sua exequibilidade.

8.2.1 Na hipótese de o preço do licitante mais bem classificado superar o limite máximo definido pela Administração, o responsável pela licitação poderá negociar a adequação da proposta, a fim de evitar a desclassificação.

8.2.1.1 Quando a proposta do primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de permanecer acima do preço máximo definido pela Administração, deverá ser oportunizada aos demais licitantes a possibilidade de negociação, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

8.2.1.2 O procedimento de negociação observará o disposto no item 9.

8.2.2 No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, além das disposições eventualmente constantes do TR/Habilitação, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:

a) para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global definidos no TR/Habilitação, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3°, da Lei Federal n° 14.133/2021).

b) serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4°, da Lei Federal n° 14.133/2021).

c) será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal n° 14.133/2021 (art. 59, §5°).

8.2.3 Se houver indício de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos, caberá a realização de diligência, a fim de oportunizar ao licitante a comprovação da exequibilidade da proposta.

8.2.3.1. Não poderá ser considerada exequível a proposta quando os custos do licitante ultrapassem o valor da proposta ou não forem demonstrados custos de oportunidade capazes de justificar a oferta.

Aferição do atendimento às especificações do objeto

8.3 O responsável pela licitação procederá à análise da proposta do licitante mais bem classificado quanto ao atendimento das especificações do objeto, sendo-lhe facultado colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada.

8.4 Caso previsto no TR/Habilitação, a análise a que se refere o subitem 8.3 será realizada em procedimento de exame de adequação do objeto, relativamente ao licitante mais bem classificado, compreendendo a apresentação de amostras, avaliação de conformidade, prova de conceito, ou outros testes destinados à aferição da aceitabilidade da proposta, observado o que se segue:

8.4.1 Será divulgado o local e horário de realização do procedimento de exame de adequação do objeto.

8.4.2 A divulgação será feita por mensagem no sistema eletrônico, no sítio eletrônico oficial ou por outro meio idôneo, com a antecedência necessária para a sua realização.

8.4.3 Não sendo possível, por razões de ordem operacional, a permissão à participação presencial dos interessados na realização do exame de adequação do objeto, deverá ser assegurado o acompanhamento e a manifestação no ato, por videoconferência ou outro meio idôneo.

8.4.4 A recusa do licitante à realização do exame de adequação do objeto ou atraso, sem justificativa aceita pelo responsável pela licitação, de entrega da amostra, realização do exame de conformidade, de prova de conceito ou de outros testes exigidos será considerada desistência do certame, ensejando a aplicação das penalidades pertinentes.

8.4.5 O objeto será considerado inadequado, quando verificado o não atendimento das especificações previstas neste Edital.

8.4.6 Os resultados das avaliações serão divulgados pelos meios previstos no subitem 8.4.2.

8.4.7 Durante o prazo de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, a Administração poderá, justificadamente, exigir amostra ou prova de conceito do bem (art. 41, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Documentos complementares à proposta

8.5 Caso seja necessário, o responsável pela licitação poderá, em sede de diligência, solicitar documentos complementares à proposta, a fim de esclarecer ou confirmar situação fática ou jurídica pré-existente (art. 36 do Decreto n° 22.888/2024).

8.5.1 Na realização de diligência, o responsável pela licitação deverá atentar para o caráter de complementaridade das informações e documentos a serem juntados (art. 36, parágrafo único, do Decreto n° 22.888/2024).

8.5.2 Não serão aceitos documentos ou informações que devessem constar originariamente da proposta.

8.5.3 O não envio dos documentos complementares no prazo indicado pelo responsável pela licitação será considerada desistência, implicando na desclassificação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

Sanatória da proposta

8.6 O responsável pela licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação (art. 37 do Decreto n° 22.888/2024).

Desclassificação da proposta

8.7 Será desclassificada a proposta que:

a) contiver vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas contidas no TR/Habilitação;

c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e/ou seus anexos, desde que insanável.

8.8 No caso de desclassificação, o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, de acordo com a disciplina estabelecida nos itens 6 a 8, procedendo a nova verificação da ocorrência do empate ficto, se for o caso, de acordo com a disciplina estabelecida, e assim sucessivamente, até a obtenção de proposta válida.

Do Encerramento da Fase de Julgamento

8.9 Não sendo possível o julgamento da proposta na mesma sessão, o responsável pela licitação deverá designar nova sessão, para a qual serão convocados os licitantes.

8.10 A fase de julgamento será encerrada com a identificação do licitante classificado detentor da melhor proposta.

9. NEGOCIAÇÃO

9.1. Definido o resultado do julgamento, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante classificado detentor da melhor proposta.

9.1 A negociação será conduzida pelo responsável pela licitação por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.2 O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.3 Concluída a negociação, o responsável pela licitação solicitará o envio da proposta readequada, observado o disposto no subitem 7.

10. FASE DE HABILITAÇÃO

Documentos de habilitação

10.1 Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme definido no TR/Habilitação, dividindo-se em: jurídica; técnica; fiscal, social e trabalhista; e econômico-financeira.

10.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral do Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia (CAF) quanto aos documentos por ele abrangidos, observado o disposto neste Edital.

10.1.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação observarão os termos da Lei Federal n° 13.726, de 8 de outubro de 2018.

10.1.3 Na forma do art. 63, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante responderá pela veracidade das declarações a que se refere o subitem 4.3.

10.1.4 Somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

Microempresas e empresas de pequeno porte

10.2 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte observará o disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2.1 O responsável pela licitação procederá à verificação se a microempresa ou empresa de pequeno porte faz jus aos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, em conformidade com os termos definidos neste Edital.

Empresas estrangeiras

10.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, será observado o que segue:

10.3.1 As exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes inicialmente apresentados com tradução livre;

10.3.2 O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no país, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os demais documentos de habilitação;

10.3.3 Para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata este artigo serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Consórcio de empresas

10.4 Salvo vedação devidamente justificada no TR/Habilitação, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observado o disposto no art. 15 e nos §§10 e 11 do art. 67, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.4.1 Quando houver a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, se exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

Processamento da habilitação

10.5 Serão exigidos os documentos de habilitação apenas do licitante classificado detentor da melhor proposta, exceto na inversão de fases (art. 63, inc. II, da Lei Federal n° 14.133/2021).

10.5.1 Quando houver inversão de fases, a exigência dos documentos de habilitação ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.5.2 Excetuam-se da previsão deste subitem os documentos relativos à regularidade fiscal, os quais serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas e somente do licitante classificado detentor da melhor proposta (art. 63, inc. III, da Lei Federal n° 14.133/2021).

10.6 Os documentos de habilitação serão enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo 3 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do responsável pela licitação (art. 63, inc. II, da Lei Federal n° 14.133/2021).

10.6.1 Na hipótese de inversão de fases, os licitantes encaminharão simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

10.6.2 Em caso de falhas técnicas ou operacionais que inviabilizem o envio de documentação de que trata este subitem 10.6, será admitido o envio correspondente para o correio eletrônico (e-mail) indicado no Preâmbulo deste Edital, devendo o responsável pela licitação informar no "*chat*" do sistema eletrônico a data e o horário do seu recebimento, disponibilizando o seu conteúdo, em seguida, para os demais licitantes.

10.7 A habilitação poderá ser verificada por meio do CAF, quanto aos documentos por ele abrangidos, exceto quanto aos documentos de qualificação técnica.

10.7.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no CAF, ou que dele constem como vencidos, ou que não possam ser substituídos pelo certificado, deverão ser apresentados pelo licitante, na forma prevista neste Edital.

10.7.2 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.8 Nas licitações restritas a fornecedores cadastrados, a habilitação será verificada por meio do CAF, observado o disposto no subitem 10.6 (art. 87, §§3° e 4° da Lei Federal n° 14.133/2021).

10.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo solicitar a modificação dos registros em caso de incorreção.

10.10 A verificação, pelo responsável pela licitação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.10.1 Desde que solicitado de forma expressa pelo licitante interessado, e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, inclusive no que respeita à adequação da habilitação econômico-financeira e da qualificação

técnica, a documentação de habilitação enviada para determinado lote poderá ser utilizada para fins de avaliação da habilitação em outro lote no qual o licitante tenha sido o melhor classificado.

Documentos complementares à habilitação

10.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021):

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.11.1 Os documentos serão enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo 3 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do responsável pela licitação, observado o disposto no subitem 10.5.

10.11.2 O não envio dos documentos complementares no prazo indicado será considerada desistência, implicando na inabilitação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

Sanatória

10.12 Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 64, §1° da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.12.1 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Comprovação dos requisitos de habilitação diferidos

10.13 O responsável pela licitação definirá o prazo para a apresentação dos requisitos de habilitação cuja exigência tenha sido diferida.

10.13.1 A não apresentação da documentação no prazo definido, implicará inabilitação do licitante e sujeição às sanções administrativas pertinentes.

10.14 Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, beneficiária do regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, cuja participação tenha sido realizada com a ressalva de existência de restrição fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa

10.14.1 A não-regularização da documentação no prazo previsto neste item implicará decadência do direito à contratação e inabilitação do licitante, além da sujeição às sanções administrativas pertinentes, na forma do disposto no §2º do art. 53 da Lei Complementar nº 123/06.

Inabilitação

10.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o responsável pela licitação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos e especificações, procedendo, inclusive, a nova verificação da ocorrência do empate ficto, na forma prevista neste Edital.

Encerramento da fase de Habilitação

10.16 Não sendo possível o julgamento da habilitação na mesma sessão, o responsável pela licitação deverá designar nova sessão, observado o prazo mínimo de 24h (vinte e quatro horas), para a declaração do licitante provisoriamente vencedor, para a qual ficarão convocados os licitantes.

10.17 Exceto na inversão de fases, encerrada a fase de habilitação, será declarado o licitante provisoriamente vencedor, ato do qual ficarão automaticamente intimados os licitantes.

11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.1.1 A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados na forma eletrônica.

11.2 O responsável pela licitação responderá aos pedidos de esclarecimentos e impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos seus anexos.

11.2.1 O responsável pela licitação poderá solicitar a manifestação dos setores técnicos do órgão ou entidade contratante, a fim de subsidiar as decisões de caráter técnico, conforme o §3º do art. 8º do Decreto nº 22.885/2024 e a oitiva, quando necessário, dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, nos termos do art. 32 do Decreto nº 22.885/2024.

11.3 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo responsável pela licitação nos autos do processo de licitação.

11.4 Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, devendo ser observado o disposto no subitem 17.12

11.5 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no endereço eletrônico www.comprasnet.ba.gov.br e no https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e vincularão os participantes e a Administração.

12. FASE RECURSAL

12.1 A fase recursal obedecerá à disciplina estabelecida neste Edital, observado o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2 Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, cabem:

12.2.1 Recurso:

a) em fase única, em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação;

b) em face do ato de anulação ou revogação da licitação.

12.2.2 Pedido de reconsideração, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

12.3 O recurso em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação observará as seguintes disposições:

12.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 15 (quinze) minutos, sob pena de preclusão, após a declaração do licitante provisoriamente vencedor pelo responsável pela licitação.

12.3.1.1 A manifestação da intenção de recorrer será única, abrangendo as matérias concernentes ao julgamento das propostas e ao ato de habilitação ou inabilitação.

12.3.2 Manifestada a intenção de recorrer, as razões de recurso deverão ser apresentadas no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação da declaração do licitante provisoriamente vencedor.

12.3.3 O prazo para apresentação de contrarrazões será de 3 (três) dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso, a qual será feita por comunicação no chat.

12.3.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, para juízo de retratação.

12.3.4.1 Se a autoridade não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.

12.3.5 A autoridade superior deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.3.6 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.3.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.3.8 O resultado dos recursos será divulgado no endereço eletrônico www.comprasnet.ba.gov.br.

12.4 Aplica-se o disposto no subitem 12.3, no que couber, ao recurso em face do ato de anulação ou revogação da licitação.

12.5 O pedido de reconsideração será apresentado no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, observado o inc. II do art. 165 da Lei Federal n° 14.133/2021.

12.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.6.1 Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

12.7 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.1.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.1.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

13.1.3 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

13.1.5 Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente do ato de anulação e revogação, poderá ser diferida a manifestação dos interessados, com fundamento no art. 183 da Lei nº 12.209, de 20 de abril de 2011, justificadamente.

13.2 A homologação da licitação não implicará direito à contratação.

14. CONTRATAÇÃO

Convocação para assinatura

14.1 Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou, nas hipóteses previstas no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, o instrumento hábil que lhe substitua: Autorização de Fornecimento de Material - AFM ou Autorização de Prestação de Serviços – APS, conforme o caso, no prazo estabelecido no TR/Habilitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

14.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do adjudicatário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.1.2 A contratação obedecerá as estipulações constantes da minuta de contrato integrante do edital da licitação, do aviso ou do instrumento de contratação direta.

14.1.3 Na hipótese de substituição do termo de contrato por instrumento equivalente, neste serão consideradas literalmente transcritas todas as cláusulas e condições previstas na minuta de contrato constante deste Edital.

14.1.4 O termo de contrato, a AFM ou, a APS, conforme o caso, deve ser assinado pelo representante legal do licitante ou mandatário com poderes expressos.

14.1.5 A assinatura se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, caso em que o licitante deverá providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no endereço eletrônico www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br ou através do link disponibilizado www.comprasnet.ba.gov.br.

14.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato, AFM ou APS, conforme o caso, no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14.3 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

14.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 14.2 a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, mas não superior ao preço ofertado pelo próprio licitante remanescente;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.5. A negociação a que se refere a alínea "a" do subitem 14.4 deste artigo deverá ser oportunizada aos licitantes remanescentes, assegurada a preferência, em caso de empate, ao licitante mais bem classificado.

Recusa

14.6 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de contrato, AFM ou APS, conforme o caso, no prazo estabelecido pela Administração, dentro do prazo de validade da proposta, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotor da licitação (art. 90, §5º, c/c art. 155, inc. VI, da Lei Federal nº 14.133/2021)

14.7 Equipara-se à recusa prevista no subitem 14.6 a circunstância de o adjudicatário deixar de manter as condições de habilitação exigidas na licitação, ou, por qualquer meio, dar causa à impossibilidade de celebrar o contrato.

14.8 A multa compensatória para a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de contrato, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou praticar condutas a elas equiparadas, corresponderá, salvo previsão diversa, ao mesmo percentual definido para o descumprimento total da obrigação principal, e incidirá sobre o valor global do contrato (art. 8º, §§1º e 4º, do Decreto nº 23.113/2024).

14.8.1 Nas hipóteses em que não houver valor contratado, a sanção de multa terá como base o valor correspondente ao objeto adjudicado ou, quando for o caso, da estimativa da contratação (art. 7º, §1º, c/c art. 8º, §4º, do Decreto nº 23.113/2024).

14.9 A regra do subitem 14.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma da alínea "a" do subitem 14.4, **exceto** se estes passarem à condição de licitante adjudicatário (art. 48, §8º, do Decreto nº 22.888/2024).

15. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1 Constituem infrações administrativas para os fins deste Edital as condutas constantes do art. 155 da Lei Federal n° 14.133/2021 (art. 47 da Lei n° 14.634/2023).

15.2 Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas referidas na Lei nº 14.634/2023, e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

16. DISPOSIÇÕES DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Tratando-se de licitação destinada ao Sistema de Registro de Preços, serão observados, ainda, os acréscimos da **Seção do Sistema do Registro de Preços – SRP,** os quais prevalecerão em caso de conflito.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

17.2 Os horários estabelecidos neste Edital, no aviso da licitação e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e prática de atos processuais.

17.3 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, os princípios elencados no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, a finalidade e a segurança da contratação.

17.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será responsável por quaisquer custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital observar-se-á o art. 183 da Lei Federal n° 14.133/2021.

17.6 Os atos de comunicação processual da Administração com os licitantes serão realizados por meio eletrônico, na forma do disposto na Lei n° 12.209/2011 e no Decreto n° 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

17.6.1. A Contratada deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais, conforme Decreto n° 17.983, de 24 de outubro de 2017, devendo atender às convocações da Administração para a prática de atos nos prazos indicados.

17.7 A autoridade competente poderá, até a assinatura do contrato, excluir licitante, em despacho motivado, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira para a execução do contrato, assegurada a manifestação do interessado (art. 66 da Lei n° 14.634/2023).

17.8 Eventuais modificações neste Edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

17.9 Os casos omissos serão dirimidos pelo Órgão/Entidade indicados no Preâmbulo deste Edital, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei n° 14.634/2023, e demais normas aplicáveis.

18. FORO

18.1 As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos de resolução de controvérsias de que trata a Lei Federal n° 14.133/2021.

[ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA OU ÓRGÃO]
[OU]
[ENTIDADE]

ANEXO
MODELO PARA DESCRIÇÃO AUXILIAR DO OBJETO

Modalidade de Licitação	Número

LOTE /ITEM	**DESCRIÇÃO**			

Salvador, _____de _____ de 20__.

_____

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

[ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA OU ÓRGÃO]
[OU]
[ENTIDADE]

ANEXO
MODELO DE DESCRIÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO E DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Modalidade de Licitação	Número

				LOTE ___
~~LOTE~~ /ITEM	**DESCRIÇÃO**			
VALOR TOTAL DO LOTE/ITEM (MENSAL)				R$
VALOR TOTAL DO LOTE/ITEM (GLOBAL)				R$
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA				( ) DIAS **[≥60]**

[Identificação completa do representante do licitante], como representante devidamente constituído de **[Identificação completa do licitante],** doravante denominado LICITANTE, para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;

(f) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme §1° do art. 63 da Lei n° 14.133/2021; e

(g) que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

Salvador, _____de _____ de 20__.

_____
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

[ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA OU ÓRGÃO]
[OU]
[ENTIDADE]

ANEXO
MODELO DE PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

Modalidade de Licitação	Número

Declaramos, para fins de habilitação ~~em processo licitatório~~, que a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ XXXXXXXXXXXXXX, com endereço na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, prestou serviço de xxxxxxxxxxxxxxx, atendendo integralmente as especificações contratadas, inexistindo, até a presente data, registros negativos que comprometam a prestação.

Especificação	**Quantitativo**	**Prazo de execução**

Salvador _____de _____ de 20___.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

[ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA OU ÓRGÃO]
[OU]
[ENTIDADE]

ANEXO
MODELO DE PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO, SEM EXIGÊNCIA DE VISTORIA

Modalidade de Licitação	Número

Em cumprimento à exigência do TR/HABILITAÇÃO, declaramos, para os fins do inc. VI do art. 67 da Lei Federal n° 14.133/2021, termos tomado conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

Salvador _____de _____ de 20__.

_____
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB
SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA DA SAÚDE - SUVISA
LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA - LACEN

FORMULÁRIO DE DOCUMENTOS

1. Modelo de procuração
2. Modelo de declaração por ME e EPP de limitação de celebração de contrato (art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021)
   Nota: exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte

MODELO DE PROCURAÇÃO

Modalidade de Licitação	Número

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) ....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela ....., devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à rua ....., nº ..... como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc).

Salvador, _____de _____ de 20__.

_____

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB
SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA DA SAÚDE - SUVISA
LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA - LACEN

MODELO DE DECLARAÇÃO POR ME E EPP DE LIMITAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

(ART. 4º, §2º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021)

Modalidade de Licitação/contratação direta	Número

[Identificação completa do representante do licitante], como representante devidamente constituído de **[Identificação completa do licitante],** doravante denominado Licitante, para fins de participação na licitação/contratação direta acima identificada, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, não ter celebrado, no ano calendário da realização da licitação/contratação direta, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do §2º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Salvador _____de _____ de 20__.

_____

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

NOTA: utilizar a menção ao "Estado da Bahia" somente se for órgão da Administração Direta, caso contrário incluir apenas o nome da autarquia ou fundação, conforme o caso.

[ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA OU ÓRGÃO]
[OU]
[ENTIDADE]

Parte Variável do edital
Componente: **Minuta de Contrato**
Classificação: **minuta padronizada**
Versão: **1**
Data da aprovação/modificação (PGE):
01/07/2025 (OS PA Nº 017/2025)

MINUTA DE CONTRATO

AQUISIÇÃO DE BENS DA ÁREA DA SAÚDE (GRUPO I)

Notas:
1. Quando houver opções de texto em vermelho, deverá ser excluída a que não for utilizada. Se as opções forem apresentadas em parênteses "( )", deverá ser assinalada a alternativa escolhida "(X)".
2. Nos espaços (....) destinados ao preenchimento de informações, as inclusões devem estar restritas ao tema tratado e não podem conflitar com outras disposições da minuta.
3. As "**Notas**" contêm orientações para a elaboração do TR/Habilitação, devendo ser excluídas na versão que for levada a publicação.
4. O responsável pela licitação deverá: preencher as informações específicas do objeto da licitação e assinalar, quando houver, as opções a serem aplicadas.
5. O arquivo utilizado para a elaboração da minuta do contrato deverá contemplar a versão utilizada e a data do *download*.

(x) LICITAÇÃO

CONTRATO Nº ___/___ QUE ENTRE SI CELEBRAM O [ESTADO DA BAHIA] [AUTARQUIA _____] [FUNDAÇÃO] E A [PESSOA JURÍDICA] _____, PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.

O **ESTADO DA BAHIA**, neste ato representado pelo(a) Dr(a). _____, titular da Secretaria _____, CNPJ nº _____, situada na _____, autorizado pelo Decreto de delegação de competência publicado no D.O.E. de ___/___/___, doravante denominado Contratante, [utilizar a menção ao Estado somente se for órgão da Administração Direta]

OU

A [autarquia ou fundação], situada na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo(a) _____ [cargo e nome], portador da cédula de identidade n° _____, emitida por _____, inscrito no CPF/MF sob o n° _____, doravante denominado Contratante

e a _____ [pessoa jurídica], inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, doravante representada pelo Sr(a). _____, portador da cédula de identidade nº _____, emitida por _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominado Contratada

OU

e a _____ [pessoa física], com endereço na _____, portador da cédula de identidade nº _____, emitida por _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, doravante denominado Contratada

, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente ( ) do Pregão Eletrônico n° ____/____ ( ) Contratação direta (inexigibilidade/dispensa) n° ____/_____, processo administrativo n° _____, que se regerá pela Lei n° 14.634, de 28 de novembro de 2023, pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação) é a:

GRUPO I

( ) Aquisição de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos para assistência farmacêutica

( ) Aquisição de fórmulas alimentares especiais
( ) Aquisição de material químico, bioquímico e de laboratório sem comodato de equipamento
( ) Aquisição de material químico, bioquímico e de laboratório com comodato de equipamento
( ) Aquisição de material de consumo médico-hospitalar e de insumos de radiodiagnóstico por imagem

1.2 Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição neste instrumento:
a) TR/Habilitação;
b) Proposta da Contratada;
c) Edital da Licitação (demais componentes);
OU
c) ato que autorizou a contratação direta;

d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 O modelo de execução do objeto observará o disposto no TR/Habilitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do Contrato é de _____, a contar da data da ( ) **assinatura do Contrato** ( ) **subscrição da Autorização de Fornecimento de Material – AFM** ( ) **subscrição da Autorização de Prestação de Serviços – APS**, observado o art. 105 da Lei Federal n° 14.133/2021.
2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado acima, sem prejuízo das providências cabíveis no caso de culpa da Contratada, nos termos do art. 111 da Lei Federal n° 14.133/2021.
2.2.1 As Partes disciplinarão o novo cronograma de execução do Contrato por meio de termo aditivo, salvo nos casos de:
a) impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, hipótese em que os registros do fato gerador e da prorrogação do cronograma pelo tempo correspondente serão realizados por simples apostila (art. 115, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
b) a não conclusão do escopo no prazo predefinido decorrer de culpa da Contratada e a Administração optar pela extinção do Contrato, observado o art. 111, parágrafo único, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Nota: utilizar essa redação quando o objeto for enquadrado como não contínuo/contratado por escopo.

OU

2.1 O prazo de vigência do Contrato é de _____ [máximo de 5 anos], a **contar da data** da ( ) **assinatura do Contrato** ( ) **subscrição da Autorização de Fornecimento de Material – AFM** ( ) **subscrição da Autorização de Prestação de Serviços – APS** _____, prorrogável até atingir o limite de 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal n° 14.133/2021.
2.2 A prorrogação de que trata esta Cláusula está condicionada à justificativa e autorização da autoridade competente para celebrar o ajuste, devendo as condições e preços permanecerem vantajosos para o Contratante, permitida a negociação com a Contratada, observando-se, ainda, o cumprimento dos seguintes requisitos:
a) comprovação de que a forma de execução do objeto tem natureza continuada;
b) apresentação de relatório que discorra sobre a execução do Contrato e sua regularidade;
c) apresentação de justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuidade da execução contratual;
d) manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação;
e) comprovação de que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação.
2.3 A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
2.4 A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
2.6 O Contrato não poderá ser prorrogado, quando for aplicada à Contratada (art. 44, §3º, inc. III, do Decreto nº 23.113, de 9 de outubro de 2024):

a) a sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Bahia;
b) a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nos termos do art. 156, §5°, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Nota: utilizar essa redação quando o objeto for enquadrado como contínuo.

OU

2.1 O prazo de vigência do Contrato é de _____ **meses**, podendo ser prorrogado, desde que o prazo total do Contrato não ultrapasse 1 (um) ano, observado o art. 75, inc. VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021, ou, se for o caso, até a conclusão do processo licitatório, o que ocorrer primeiro.

Nota: utilizar essa redação na hipótese de contratação emergencial.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 As regras de execução e de gestão do contrato constam no TR/Habilitação, anexo a este Contrato (art. 92 da Lei Federal n° 14.133/2021).
3.2 Fica indicado como gestor deste Contrato o servidor _____, matrícula: _____

Nota: alternativamente, a nomeação do gestor do contrato pode ser feita por portaria.

3.3 Fica(m) indicado(s) como fiscal(is) deste Contrato o(s) servidor(es): _____ matrícula(s): _____

Nota: alternativamente, a nomeação do fiscal e/ou comissão pode ser feita por portaria.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O Contratante pagará à Contratada os valores estimados especificados no quadro abaixo:

LOTE ___						
ITEM	**Código SIMPAS**	**Descrição**	**Unidade de Fornecimento (UF)**	**Quantitativo**	**PREÇO UNITÁRIO**	**PREÇO MENSAL**
1						
2						
3						
				VALOR ESTIMADO MENSAL		
				VALOR ESTIMADO GLOBAL		

Notas:
1. Caso a planilha seja extensa, recomenda-se o uso de tabela anexa.
2. Adaptar conforme o objeto.

5.1.1 Estima-se para o Contrato o valor mensal de R$ _____ (_____), perfazendo o valor estimado global de R$ _____ (_____).

Nota: utilizar essa redação quando o objeto for enquadrado como contínuo e/ou houver pagamento mensal.

OU

5.1.1 Estima-se para o Contrato o valor global de R$ _____ (_____)

Nota: utilizar essa redação quando o objeto for enquadrado como não contínuo/contratado por escopo e não houver pagamento mensal.

5.2. Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos

utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.
5.3 O valor do Contrato referido nesta Cláusula é meramente estimativo, dependendo os pagamentos devidos à Contratada dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento à Contratada e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no TR/Habilitação, que constitui anexo deste Contrato (art. 92, incs. V e VI, da Lei Federal n° 14.133/2021).

6.1.1 O preço ajustado será pago diretamente pelo Fundo Estadual de Saúde da Bahia (FES-BA), devendo a Nota Fiscal ser emitida em seu CNPJ, após a validação da ordem de pagamento pela unidade responsável pelo contrato (processo 0300180476290-0).

6.1.2 Para aquisições originárias das demais instituições participantes, a fonte pagadora será o Fundo correspondente a cada órgão/instituição.

CLÁUSULA SÉTIMA – MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

Reajustamento em sentido estrito

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado de __/__/__, **data do orçamento estimado** (art. 92, inc. V, e §3°, da Lei Federal n° 14.133/2021).

7.2 Após o interregno de 1 (um) ano, independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC/IBGE.

Notas:
1. A Administração deve indicar o índice que, conforme o objeto do contrato, retrata a variação efetiva do custo de produção, sendo admitida a adoção de mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, nos termos dos art. 6º, inc. LVIII, e art. 92, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
2. O índice utilizado deve ser o indicador mais próximo da efetiva variação dos preços do objeto do contrato, "*(...) o qual deverá ser preferencialmente um índice setorial ou específico, e, apenas na ausência de tal índice, um índice geral, o qual deverá ser o mais conservador possível de forma a não onerar injustificadamente a administração (...)*" – TCU, Acórdão nº 114/2013-Plenário.
3. Caso o INPC/IBGE não se adeque ao objeto, deverá ser alterado para o índice compatível.

7.2.1 Na hipótese de não reajustamento dos preços pelo Contratante, o requerimento de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal n° 14.133/2021, sob pena de preclusão.

7.3 Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
7.4 Na hipótese de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1 A Contratada deverá apresentar a memória de cálculo referente ao reajustamento de preços correspondente a eventual valor remanescente.

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço no período remanescente do Contrato, por meio de termo aditivo.
7.7 O reajustamento será realizado por apostilamento, na forma do art. 136, inc. I, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Outras causas de reequilíbrio econômico-financeiro

7.8 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

7.8.1 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, nas

hipóteses do art. 124, inc. II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de 1 (um) ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.8.2 Na hipótese de contratos de fornecimento ou serviços contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei Federal n° 14.133/2021, sob pena de preclusão (art. 131, parágrafo único, da Lei Federal n° 14.133/2021).

7.8.2.1 Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento ou serviços contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deverá observar a disposição da subcláusula 7.8.1.

7.9 O Contratante, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inc. XI, c/c art. 123, parágrafo único, da Lei Federal n° 14.133/2021).

Nota: a Administração poderá ajustar o prazo conforme o caso concreto.

7.10 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

7.11 A Contratada não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no Contrato venham a se materializar (art. 124, inc. II, "d", parte final, da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Obrigações do Contratante

8.1 O Contratante, além das determinações contidas no ( ) TR/Habilitação e demais componentes ( ) aviso ou instrumento de contratação direta, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Contrato e seus anexos, fornecendo por escrito as informações necessárias para a execução do objeto contratado;

b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no TR/Habilitação;

c) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

d) intimar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto do Contrato, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, no prazo indicado, certificando-se de que as soluções propostas pela Contratada são as mais adequadas;

e) comunicar-se com a Contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) relativamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, conforme prazo, forma e condições estabelecidos no TR/Habilitação;

g) aplicar à Contratada as sanções previstas em lei e neste Contrato ou no procedimento de contratação direta;

h) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato apresentadas pela Contratada, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo definido na subcláusula 8.1.1;

i) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela Contratada no prazo definido na subcláusula 7.9;

j) intimar os emitentes das garantias relativamente ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

k) assegurar-se, na hipótese de execução do objeto contratado em suas dependências ou em local por ele designado, que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho.

8.1.1 O Contratante, no prazo de _____ (____) dias, a contar da data do protocolo do(s) requerimento(s) relacionado(s) à execução do Contrato, decidirá sobre todas as solicitações e reclamações apresentadas pela Contratada, admitida a prorrogação motivada do prazo, por igual período (art. 123 da Lei Federal n° 14.133/2021).

Notas:
1. Nos termos do art. 123, *caput,* da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração tem o dever de decidir questões contratuais que lhe são apresentadas.
2. O prazo a que se refere a subcláusula 8.1.1 deve ser definido conforme a complexidade do objeto contratual e os trâmites internos das áreas envolvidas na execução do Contrato. Caso não haja especificação, o prazo será de 1 (um) mês, conforme o art. 123, parágrafo único, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Obrigações da Contratada

8.2 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações decorrentes de lei e aquelas a seguir dispostas:

a) designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução do Contrato, inclusive para atendimento de emergência, servindo de interlocutor e canal de comunicação entre as partes, observado o art. 118 da Lei Federal n° 14.133/2021, cuja designação ou manutenção poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, hipótese em que a Contratada designará outro profissional para o exercício da atividade;

b) atender às determinações regulares emitidas pelo Contratante e prestar o(s) esclarecimento(s) ou informação(ões) por ele solicitado(s) (art. 137, inc. II, da Lei Federal n° 14.133/2021);

c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Contratante, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

d) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, nos termos das normas de regência, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

e) não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores, entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda estadual, municipal ou distrital do domicílio ou sede da Contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

g) manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

h) prestar todo esclarecimento ou informação solicitados pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

i) executar o objeto sem solução de continuidade durante todo o prazo da vigência do Contrato e comunicar ao Contratante qualquer anormalidade ou acidente que interfira no bom andamento do Contrato;

j) paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

k) promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;

l) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

m) reparar, repor ou restituir, nas mesmas condições e especificações, dentro do prazo determinado pelo Contratante, os equipamentos e utensílios eventualmente recebidos para uso nos serviços objeto deste contrato, deixando-os em perfeita condição de funcionamento;

n) assegurar a seus trabalhadores ambiente de trabalho em condições adequadas ao cumprimento às normas de saúde, segurança e bem estar no trabalho e fazer com que seus empregados as respeitem, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;

o) responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias,

comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
p) submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do TR/Habilitação;
q) cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, devendo, sempre que solicitado pelo Contratante, indicar os empregados que preencherem as vagas correspondentes (arts. 92, inc. XVIII, e 116 da Lei Federal n° 14.133/2021);
r) atender as obrigações concernentes à aprendizagem de que trata o art. 429 do Decreto-Lei n° 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), Lei n° 14.395/2021, e normas regulamentares, em especial:

1) quando se tratar da contratação de serviços, recrutar, preferencialmente, como aprendizes, os estudantes indicados no art. 42 da Lei n° 14.395/2021, no percentual mínimo de 20% (vinte por cento) do quadro de aprendizes da Contratada.

Notas:
1. O percentual de que trata o item 1) foi fixado no Decreto nº 16.761/2016, que regulamentava a Lei nº 14.459/2015, revogada pela Lei nº 14.395/2021, que não especifica percentual mínimo de aprendizes. Não obstante, para conferir resultado útil à previsão legal, esta minuta adota, como parâmetro, o percentual indicado no Decreto nº 16.761/2016.
2. Regulamentada a Lei nº 14.395/2021 com indicação de percentual diverso, o item 1) deverá ser compatibilizado com a nova regra.

1.1) na hipótese do item 1, a Contratada deverá apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado do início efetivo da execução do objeto, a lista completa dos aprendizes, indicando aqueles selecionados no banco de dados de que trata a Lei n° 14.395/2021, devendo justificar, perante o Contratante, a eventual impossibilidade de seu cumprimento.

s) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
t) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021;
u) observar a legislação federal, estadual e municipal, relativa ao objeto do Contrato, bem como as normas internas do Contratante;
v) alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
x) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
y) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do Contrato, arcando com os custos para sua obtenção;
w) efetuar pontualmente o pagamento de tributos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do presente Contrato;
z) emitir nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, obras e/ou serviços, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, indicando, conforme o caso, sua quantidade, preço unitário e valor total;
aa) realizar os serviços de manutenção e assistência técnica conforme prescrições do TR/Habilitação;
bb) fornecer as instalações, aparelhamento e pessoal técnico exigidos na licitação ou no procedimento de contratação direta;
cc) [NÃO SE APLICA]
dd) responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato próprio, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
ee) promover, por sua conta e risco, transporte de bens;
ff) executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e/ou normas exigidas, utilizando ferramentas apropriadas e dispondo de infraestrutura e equipe técnica necessárias à sua execução;

gg) ressarcir o Contratante pelos danos decorrentes de paralisação ou interrupção da execução do objeto contratado;
hh) realizar, quando exigido no TR/Habilitação, a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
ii) tratando-se de obras, serviços e fornecimento de grande vulto, implantar Programa de Integridade, na forma do Decreto nº 23.356, de 17 de janeiro de 2025;
jj) providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no site www.comprasnet.ba.gov.br ou outro que venha a substituí-lo, para a prática de atos através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI;
kk) manter atualizados os seus dados cadastrais, com a apresentação de documentos comprobatórios de mudança de endereços, inclusive eletrônicos (e-mail), telefones, composição societária, endereço dos sócios, contratos sociais e alterações;
ll) atender às obrigações de que tratam os Anexos deste Contrato;
mm) entregar o objeto de acordo com as especificações técnicas constantes do TR/Habilitação e no presente Contrato, nos locais, dias, turnos e horários determinados, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se houver.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1 As disposições sobre a garantia da contratação estão disciplinadas no TR/Habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Constituem infrações administrativas para os fins deste Contrato, as condutas tipificadas no art. 155 da Lei Federal n° 14.133/2021.
10.2 Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações tipificadas no art. 155 da Lei Federal n° 14.133/2021, as sanções previstas no art. 156 da mesma norma, observados os arts. 48 e 49 da Lei n° 14.634/2023 e a disciplina constante no Decreto nº 23.113/2024.
10.3 No que concerne à multa, será observado o disposto no subitem 10.14.
10.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, observado o disposto na Lei n° 12.209, de 20 de abril de 2011 (art. 156, §9°, da Lei Federal n° 14.133/2021).
10.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°, da Lei Federal n° 14.133/2021).
10.6 A apuração das infrações administrativas será realizada em processo administrativo sancionatório, conforme rito estabelecido nos arts. 51 e 52 da Lei nº 14.634/2023, com a observância das garantias da ampla defesa e do contraditório, na forma do Decreto nº 23.113/2024.

10.6.1 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa (art. 50, §2º, da Lei n° 14.634/2023).

10.6.2 O valor da retenção provisória a que se refere a subcláusula anterior não poderá exceder o limite máximo estabelecido no art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 50, §3º, da Lei n° 14.634/2023).

10.7 A apuração de infrações sujeitas exclusivamente à sanção de advertência ou de multa, isoladas ou cumuladas entre si, será realizada em processo sancionatório simplificado (art. 51 da Lei n° 14.634/2023).

10.7.1 Precederá a abertura do processo sancionatório simplificado a intimação do interessado a fim de que tenha ciência da imputação, observada a disciplina do art. 28 do Decreto nº 23.113/2024.

10.7.1.1 O ato de intimação deverá conter a descrição dos fatos ilícitos imputados, o enquadramento jurídico, a sanção aplicável e, no caso de multa, o respectivo cálculo.

10.7.1.2 Acompanhará o ato de intimação o termo de anuência que poderá ser firmado pelo interessado, caso manifeste a concordância com a imputação e com a sanção aplicável.

10.7.1.3 Assinado o termo de anuência no prazo assinalado, será promovida a aplicação da sanção cabível, procedendo-se aos devidos registros, encerrando-se o procedimento.

10.7.1.3.1 No caso de multa, o procedimento será encerrado após o seu efetivo recolhimento.

10.7.1.4 Caso o interessado não manifeste a concordância expressa com os termos da imputação, será promovida a abertura do processo sancionatório simplificado.

10.8. A apuração de conduta infrativa sujeita à sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de

inidoneidade para licitar ou contratar, será realizada em processo de responsabilização (art. 52 da Lei n° 14.634/2023).

10.8.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser atenuadas ou comutadas mediante a celebração de Termo de Transação Administrativa (TTA), observados os requisitos e condições estabelecidos em Regulamento específico (art. 55 do Decreto nº 23.113/2024).

10.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei Federal n° 14.133/2021 e art. 47, §3°, da Lei n° 14.634/2023).

10.11 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em lei e neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial (art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 57 da Lei n° 14.634/2023).

10.11.1 Com a desconsideração da personalidade jurídica, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada.

10.11.2 Em todos os casos de desconsideração da personalidade jurídica deverão ser observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 55, §1°, da Lei n° 14.634/2023).

10.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme art. 60 da Lei n° 14.634/2023 e a disciplina prevista no Decreto nº 23.113/2024.

10.14 A sanção de multa observará as seguintes disposições:

10.14.1 Multa Compensatória

10.14.1.1 A multa compensatória, em caso de descumprimento total da **obrigação principal,** incidente sobre o valor global do contrato, será de: **30% (trinta por cento)** (art. 8º, *caput*, e §1º do Decreto nº 23.313/2024).

Nota: o percentual poderá ser ajustado ao caso concreto, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento)

10.14.1.1.1 Caso o cumprimento da **obrigação principal**, uma vez iniciado, seja descontinuado, a multa compensatória incidirá sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado (art. 8º, §2º do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.1.2 A multa compensatória, no caso de descumprimento de **obrigação acessória**, incidente sobre o valor do contrato, será de: **0,5% (cinco décimos por cento)** (art. 8º, §3º, do Decreto nº 23.313/2024).

Nota: o percentual poderá ser ajustado ao caso concreto, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 15% (quinze por cento) e não poderá ser superior ao da obrigação principal (art. 7º, §2º, do Decreto nº 23.313/2024)

10.14.2 Multa Moratória

10.14.2.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora.

10.14.2.2 No caso de **obrigação principal**, a multa de mora diária, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada de seu custo, será de: **0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo.** (art. 9º, §1º, do Decreto nº 23.313/2024).

Nota: o percentual poderá ser ajustado ao caso concreto, não podendo ser inferior a 0,1% (um décimo por cento) e não é recomedável que supere 1% (um por cento), em razão do prazo para atingimento do limite máximo da multa compensatória (art. 9º, §4º, do Decreto nº 23.313/2024)

10.14.2.3 No caso de **obrigação acessória**, a multa de mora diária, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada de seu custo, será de **0,1% (um décimo por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,3% (três décimos por cento) por cada dia subseqüente ao trigésimo**.

Nota: o percentual poderá ser ajustado ao caso concreto, não podendo ser superior ao da obrigação principal (art. 7º, §2º, do Decreto nº 23.313/2024)

10.14.2.4 O atraso injustificado do prazo fixado para **apresentação, suplementação ou reposição de garantia contratual** ensejará a aplicação de multa moratória diária de **5% (cinco por cento)**, incidente sobre o valor da garantia contratual (art. 9º, §2º, do Decreto nº 23.313/2024).

Nota: o percentual poderá ser ajustado ao caso concreto, mas não poderá ser inferior a 0,1% (um décimo por cento)

10.14.2.4.1 A multa moratória não poderá superar o valor da própria garantia contratual.

10.14.2.5 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 9º, §3º, do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.2.6 Se o cálculo da multa moratória atingir o patamar correspondente ao valor máximo da multa compensatória, além da conversão em compensatória e aplicação das demais sanções previstas em lei, o recebimento do objeto deverá ser recusado, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada (art. 9º, §4º, do Decreto nº 23.313/2024).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 O Contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência do Contrato ficará prorrogada até a conclusão do objeto, devendo a Administração promover a readequação do cronograma de execução.

11.1.1.1 Na hipótese da subcláusula 11.1.1, havendo culpa da Contratada, ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas (art. 111, parágrafo único, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.1.1.2 Caso a Administração opte pela extinção do Contrato, deverá adotar as medidas necessárias para a continuidade da execução contratual (art. 111, parágrafo único, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Nota: utilizar essa redação quando o objeto for enquadrado como não contínuo/contratado por escopo.

OU

11.1 O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes.

11.1.1 O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem (art. 106, inc. III, da Lei Federal n° 14.133/2021).

11.1.1.1 Na hipótese de que trata a subcláusula 11.1.1, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, condicionada à intimação da Contratada sobre a não continuidade do pacto com, no mínimo, 2 (dois) meses de antecedência da referida data (art. 106, §1°, da Lei Federal n° 14.133/2021).

11.1.1.1.1 Caso a intimação de que trata a subcláusula 11.1.1.1 ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário do Contrato, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Nota: utilizar essa redação quando o objeto for enquadrado como contínuo.

11.2. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. A extinção do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, inc. I, e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021);

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021);

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.2.2. A alteração social, da finalidade ou da estrutura da empresa Contratada não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato (art. 137, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.2.2.1. Se a alteração de que trata a subcláusula 11.2.2 implicar mudança da pessoa jurídica Contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2.3. O Contrato será extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) indenizações e multas.

11.4 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, observada a Cláusula Sétima deste Contrato, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131 da Lei Federal n° 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas para o pagamento do presente Contrato correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada (art. 92, inc. VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021):

Unidade FIPLAN	Função	Subfunção	Programa	P/A/OE
Região/planejamento	Natureza da despesa	Destinação do recurso	Tipo de recurso orçamentário	

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Nota: conforme o art. 106, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021, nas hipóteses de objetos enquadrados como contínuos, "*a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção*".

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais se regerão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras, e, de até 50% (cinquenta por cento), no caso de reforma de edifício ou de equipamento (art. 125 da Lei Federal n° 14.133/2021).

13.3 As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação (art. 126 da Lei Federal n° 14.133/2021).

13.4 Caso o Contrato não contemple preços unitários para os serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites

estabelecidos na subcláusula 13.2 (art. 127 da Lei Federal n° 14.133/2021).
13.5 Nas alterações contratuais para supressão de bens ou serviços, se a Contratada já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados (art. 129 da Lei Federal n° 14.133/2021).
13.6 Caso haja alteração unilateral do Contrato que aumente ou diminua os encargos da Contratada, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial (art. 130 da Lei Federal n° 14.133/2021).
13.7 Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (art. 134 da Lei Federal nº 14.133/2021).
13.8 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021).
13.9 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

15.1. Fica pactuado que os atos de comunicação processual com a Contratada poderão ser realizados por meio eletrônico, na forma da Lei n° 12.209/2011 e do Decreto n° 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

15.1.1. A Contratada deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais, conforme Decreto n° 17.983, de 24 de outubro de 2017, devendo atender às convocações da Administração para a prática de atos nos prazos indicados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)
Nota: utilizar essa cláusula caso a contratação envolva, de qualquer forma, o tratamento de dados pessoais (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

16.1 As partes se comprometem a cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), bem como regras e regulamentos que lhe forem aplicáveis e que tenham por objeto os dados pessoais tratados no âmbito do objeto contratado.
16.2 A Contratada deverá utilizar os dados pessoais recebidos em função do objeto do Contrato somente para a finalidade pactuada, não podendo, em caso algum, utilizar esses dados pessoais para finalidade distinta, sob pena de extinção imediata da contratação.
16.3 A Contratada se obriga a não armazenar, arquivar, reproduzir, transmitir, distribuir, transferir ou de qualquer forma compartilhar os dados pessoais disponibilizados pelo Contratante com terceiros, salvo nas hipóteses legalmente previstas.
16.4 Em caso de incidente de vazamento de dados pessoais, a Contratada deverá enviar comunicação ao Contratante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado a partir da ciência do vazamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) data e hora do incidente; b) data e hora da ciência pela Contratada; c) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente; d) relação de titulares afetados pelo incidente; e e) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para sanar e mitigar o incidente, bem como para reparar eventuais danos e evitar novos incidentes.
16.5 O Contratante deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.
16.6 A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres desta Cláusula,

permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
16.7 Encerrado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
16.8 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações sobre os dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
16.9 Em caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Cláusula, a Contratada ficará sujeita à integral responsabilização, inclusive por perdas e danos, aplicação das sanções cabíveis e da extinção do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Constatada irregularidade no procedimento licitatório, de contratação direta ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do Contrato observará o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.
17.2 O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato.
17.3 Os casos omissos serão dirimidos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei n° 14.634/2023 e demais normas aplicáveis.
17.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, será observado o art. 183 da Lei Federal n° 14.133/2021 e o art. 67 da Lei n° 14.634/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos de resolução de controvérsias de que trata a Lei Federal n° 14.133/2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____
Representante legal do Contratante

_____
Representante legal da Contratada

TESTEMUNHAS:

_____

_____

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE-SESAB

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE KITS/TESTES DIAGNÓSTICOS DE SOROLOGIA E HORMÔNIOS - RELSP

AQUISIÇÃO DE BENS DA ÁREA DA SAÚDE (GRUPO I)

(X) LICITAÇÃO

(X) CONTRATAÇÃO DELEGADA
( ) SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

(Processo Administrativo nº 019.5064.2025.0061200-39)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Objeto:

	GRUPO I	Família:
( )	Aquisição de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos para assistência farmacêutica	
( )	Aquisição de fórmulas alimentares especiais	
( )	Aquisição de material químico, bioquímico e de laboratório sem comodato de equipamento	
(X)	Aquisição de material químico, bioquímico e de laboratório com comodato de equipamento	65.05
( )	Aquisição de material de consumo médico-hospitalar e de insumos de radiodiagnóstico por imagem	

1.1.1 As especificações do objeto obedecerão as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação), observado o disposto na tabela abaixo.

						Lote único
Participação [ampla/ exclusiva]	**Item**	**Código SIMPAS**	**Descrição**	**Quantitativo**	**Unidade de Fornecimento (UF)**	**Cronograma/Prazo**
Ampla	1	65.05.19.00128429-0	TESTE dosagem de estradiol, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia,	66.900	UN	Vide 5.1.1

			eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, , em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora .Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.			
Ampla	2	65.05.19.00128430-4	TESTE, completo, para HTLV I/II, pesquisa simultanea de anticorpos IgG e IgM, contra virus linfotropicos da celula T humana tipo I e tipo II (HTLV I/II), com antigenos obtidos de lisado viral e/ou DNA recombinante e/ou polipetideo sintetico, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, de ultima geracao, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por	133.200	UN	Vide 5.1.1

			hora. Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.			
Ampla	3	65.05.19.00128431-2	TESTE, dosagem de alfafetoproteina, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude	3.000	UN	Vide 5.1.1
Ampla	4	65.05.19.00128432-0	TESTE, dosagem de Anti-TPO, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de	34.200	UN	Vide 5.1.1

			armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora . Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.			
Ampla	5	65.05.19.00128433-9	TESTE, dosagem de CA 125 (antigeno carboidratado), em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	9.000	UN	Vide 5.1.1
Ampla	6	65.05.19.00128434-7	TESTE, dosagem de CA 15-3 (Antigeno carbohidratado 15-3), em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios,	3.600	UN	Vide 5.1.1

			com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude			
Ampla	7	65.05.19.00128435-5	TESTE, dosagem de CA 19-9 (Antigeno carboidratado 19-9), em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora. Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude	5.400	UN	Vide 5.1.1
Ampla	8	65.05.19.00128436-3	TESTE, dosagem de CEA (antigeno carciembrionario), em soro ou plasma humano, baseado nos principios de	5.400	UN	Vide 5.1.1

			quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude			

Ampla	9	65.05.19.00128437-1	TESTE, dosagem de FSH, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude	79.200	UN	Vide 5.1.1
Ampla	10	65.05.19.00128438-0	TESTE, dosagem de hormonio AAT, anticorpo anti-tireoglobulina, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues,	27.000	UN	Vide 5.1.1

			procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.			
Ampla	11	65.05.19.00128439-8	TESTE, dosagem de LH, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	68.400	UN	Vide 5.1.1
Ampla	12	65.05.19.00128440-1	TESTE, dosagem de progesterona, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de	61.200	UN	Vide 5.1.1

			processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude			
Ampla	13	65.05.19.00128441-0	TESTE, dosagem de prolactina, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	46.800	UN	Vide 5.1.1
Ampla	14	65.05.19.00128442-8	TESTE, dosagem de PSA livre, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento	27.000	UN	Vide 5.1.1

			refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora.Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude			
Ampla	15	65.05.19.00128443-6	TESTE, dosagem de PSA total, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificaçao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	153.000	UN	Vide 5.1.1
Ampla	16	65.05.19.00128444-4	TESTE, dosagem de T3, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios,	112.500	UN	Vide 5.1.1

			com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.			
Ampla	17	65.05.19.00128445-2	TESTE, dosagem de T4 livre, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	342.000	UN	Vide 5.1.1
Ampla	18	65.05.19.00128446-0	TESTE, dosagem de T4, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia	86.400	UN	Vide 5.1.1

			ou microparticula de quimioluminescencia, , em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.			
Ampla	19	65.05.19.00128447-9	TESTE, dosagem de testosterona, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude	43.200	UN	Vide 5.1.1

Ampla	20	65.05.19.00128448-7	TESTE, dosagem de TSH, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	370.800	UN	Vide 5.1.1
Ampla	21	65.05.19.00128449-5	TESTE, para anticorpos anti HBs, deteccao qualitativa e quantitativa de anticorpos anti HBs, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, de ultima geracao, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por	99.000	UN	Vide 5.1.1

			hora . Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.			
Ampla	22	65.05.19.00128450-9	TESTE, para anticorpos contra o trypanosoma cruzi, pesquisa completa de anticorpos IgG ou IgG+IgM, contra o trypanosoma cruzi utilizando antígenos recombinantes ou lisado do parasita, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, de ultima geracao, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora.Embalagem com dados de identificaçao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	61.200	UN	Vide 5.1.1
Ampla	23	65.05.19.00128451-7	TESTE, para anticorpos contra treponema pallidum, pesquisa completa de anticorpos IgG ou IgG+IgM, contra treponema pallidum utilizando antigenos recombinantes, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de	100.800	UN	Vide 5.1.1

			quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, de ultima geracao, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora. Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude			
Ampla	24	65.05.19.00128452-5	TESTE, para deteccao de anticorpos do antigeno E do virus da hepatite B, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, , em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora. Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de	1.800	UN	Vide 5.1.1

			validade e registro no Ministerio da Saude.			
Ampla	25	65.05.19.00128453-3	TESTE, para deteccao de anticorpos IgG anti-Citomegalovirus, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora . Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	91.800	UN	Vide 5.1.1
Ampla	26	65.05.19.00128454-1	TESTE, para anticorpos IgG anti-rubeola, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por	70.200	UN	Vide 5.1.1

			hora . Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.			
Ampla	27	65.05.19.00128455-0	TESTE, para anticorpos IgG anti-toxoplasmose, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	144.000	UN	Vide 5.1.1
Ampla	28	65.05.19.00128456-8	TESTE, para anticorpos IgM anti-citomegalovirus, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com	91.800	UN	Vide 5.1.1

			capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora . Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.			
Ampla	29	65.05.19.00128457-6	TESTE, para anticorpos IgM anti-rubeola, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora . Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude	1.800	UN	Vide 5.1.1
Ampla	30	65.05.19.00128458-4	TESTE, para anticorpos IgM anti-toxoplasmose, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios,	144.000	UN	Vide 5.1.1

			com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.			
Ampla	31	65.05.19.00128459-2	TESTE, para anticorpos IgM da hepatite A, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora. Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude..	12.600	UN	Vide 5.1.1
Ampla	32	65.05.19.00128460-6	TESTE, para antigeno da superficie da hepatite B, pesquisa completa do antigeno da superficie do virus da hepatite B (HBsAg Monoclonal),	160.200	UN	Vide 5.1.1

			incluindo a deteccao de virus mutantes, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, de ultima geracao, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude			
Ampla	33	65.05.19.00128461-4	TESTE, para deteccao do antigeno E do virus da hepatite B, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do	1.800	UN	Vide 5.1.1

			produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.			
Ampla	34	65.05.19.00128462-2	TESTE, para deteccao de Anti-HBc total, pesquisa completa de anticorpos IgM e IgG, contra os antigenos do core do virus da hepatite B, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, de ultima geracao, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora . Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	153.000	UN	Vide 5.1.1
Ampla	35	65.05.19.00128463-0	TESTE, para deteccao de anti-HCV, anticorpos totais (IGG e IGM) para hepatite C, com antigenos de peptideos e/ou proteinas recombinantes, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios,	129.600	UN	Vide 5.1.1

			com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.			
Ampla	36	65.05.19.00128464-9	TESTE, para deteccao de anticorpos da hepatite A, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora .Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	12.600	UN	Vide 5.1.1
Ampla	37	65.05.19.00128465-7	TESTE, para deteccao de HIV 1/2/0, pesquisa completa e simultanea de antigeno p24 e anticorpos, contra os virus da	153.000	UN	Vide 5.1.1

			imunodeficiencia humana tipo 1, 2 e subtipo O, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, de ultima geracao, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora . Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.			

1.1.2 As especificações do objeto constam:

( ) da descrição ( ) acima (X) abaixo:

( ) do anexo integrante deste TR/Habilitação

1) Os equipamentos a serem instalados devem possuir as seguintes características/capacidades:

i) Realizar a pipetagem das amostras diretamente do tubo primário, com dimensões de, no mínimo, 13x75 mm;
ii) Os programas de controle de qualidade deverão possibilitar a definição de limites de aceitabilidade e aplicação de critérios para avaliação dos resultados através de gráficos de Levey-Jennings e Regras de Westgard;
iii) Possibilitar registros de ações promovidas para os desvios ou tendências detectados através dos resultados do controle analítico;
iv) Possibilitar o tratamento dos dados dos controles analiticos para avaliação do desempenho do sistema analitico através do coeficiente de variação e ou viés;
v) Possuir ferramentas para indicadores estatísticos, média e desvio padrão que permitam a visualização e a comparação de resultados dos diferentes padrões de média e desvio padrão;
vi) Possuir sistemática para acesso remoto, permitindo sua operação distante do setor de análise, com ferramenta para introdução manual de pontos, gráfico de Levey-Jennings, relatório de pontos, ações tomadas, regras violadas, gráficos, entre outros.
vii) Gestão de senha pelo próprio usuário;
viii) Controle de acesso a menus e funções por usuário, com possibilidade de restrição de visibilidade e operação de equipamentos por usuário;

ix) Possuir programa de gerenciamento interlaboratorial e relatório que forneça informações referentes ao consumo de testes aplicados aos calibradores, controles, repetiçoes e testes em estado de prioridade;
x) Permitir a rastreabilidade de todas as operações realizadas;
xi) Possuir relatórios estatísticos de produção (por período do dia, por equipamento, por técnico, entre outras informações);
xii) Relatório estatístico de repetições por equipamento, por data e por exame;
xiii) Ferramentas para indicadores estatísticos, média e desvio padrão, com que permitam a visualização e a comparação de resultados dos diferentes padrões de média e desvio padrão;
xiv) Permitir exportação e relatórios de configurações do sistema para arquivamento e documentação;
xv) Possuir ferramentas para indicadores estatísticos, média e desvio padrão, com que permitam a visualização e comparação de resultados dos diferentes padrões de média e desvio padrão;
xvi) Oferecer suporte à operação em paralelo de múltiplos lotes de um mesmo analíto, possibilitando o início de nova série histórica antes do encerramento anual;
xvii) Possuir gerenciamento da validade dos lotes de controle de qualidade, com alerta da iminência do vencimento com antecedência configurável (em dias);
xviii) Possuir bloqueio do sistema analítico caso o intervalo de tempo entre duas corridas de controle supere o limite configurado pelo laboratório para cada análise;
xix) Possuir ferramenta de análise de evolução de coeficiente de variação entre dois períodos subsequentes, desde o início do lote;
xx) Possuir sistema adequado aos programas de acreditação;
xxi) Possuir ferramenta para ambiente gráfico;
xxii) Além do software para automação dos resultados, a contratada deverá prover licença de software que deverá conter a funcionalidade "soroteca" para implementação em cada laboratório onde estiver alocado o equipamento;
xxiii) Todos os parâmetros programados nos equipamentos deverão ser validados previamente, antes do início da sua utilização na rotina. A validação do desempenho analítico dos testes, deverá ser conduzida e realizada, em cada unidade laboratorial, através da assessoria científica da empresa vencedora, devendo ser atualizada sempre que implantado um novo teste. Os custos de validação de cada parâmetro nos equipamentos ocorrerão sem quaisquer ônus para o LACEN/BA; A contratada deverá apresentar relatório contemplando o desempenho obtido através da validação analítica.

2. O sistema de interfaceamento deve possuir as seguintes características:

i) O sistema de interfaceamento deverá prover drive de comunicação entre o equipamento e LIS utilizado atualmente no LACEN/BA e os demais laboratórios da RELSP. Deverá possuir, no mínimo:
    a) Fluxo de comunicação bidirecional em todos os equipamentos capacitados, com suporte total a identificação de amostras por códigos de barras;
    b) Possibilidade de liberação automática ou manual dos resultados, por exame ou por amostra, com registro da data e hora de liberação, bem como do operador responsável pela liberação;
ii) Possuir ferramentas para exportação de diversos bancos de dados: configuração geral, movimento, log de ocorrências, entre outros; para exportação de diversos bancos de dados: configuração geral, movimento, log de ocorrências, entre outros;
iii) Possuir sistema de alerta e comunicação de ocorrências, com envio de notificação de ocorrências por e-mail ou pela rede;
iv) Oferecer gestão de senha pelo próprio usuário;
v) Oferecer controle de acesso a menus e funções por usuário, com possibilidade de restrição de visibilidade e operação de equipamentos por usuário;
vi) Oferecer rastreabilidade de todas as operações realizadas;
vii) Possuir gerador de relatórios e de todas as operações realizadas.

3. O fornecimento dos insumos a serem utilizados no equipamento, deverão:

i) A estabilidade dos reagentes, no equipamento, deverá ser superior a 15 (quinze) dias.
ii) Substituir os insumos ou reagentes que, no decorrer do prazo de validade, não apresentar o desempenho desejável na avaliação do controle de qualidade. A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 7 (sete) dias, a partir da data de solicitação formal;
iii) Quando da entrega do material, deverá encaminhar laudo comprobatório de qualidade de insumos ou acessórios, emitido lote a lote, pela empresa fabricante (no país ou exterior) ou por laboratório de referência nacional, fornecendo relatório ao LACEN/BA;

iv) Substituir os insumos que no decorrer do prazo de validade, não mantenha a performance apresentada na fase de avaliação, conforme exigido pelo Controle de Qualidade;

v) Fornecer controles e calibradores em quantidade suficiente para a utilização dos insumos, sem fracionamento prévio;

vi) Fornecer, quando necessário, quantidade extra de reagentes, controle negativo e controle positivo do "teste" do mesmo lote da entrega, para obedecer aos padrões do laboratório e padronização dos equipamentos instalados;

vii) Utilizar ponteiras descartáveis compatíveis, estéreis, livres de contaminantes, assegurando conformidade com os padrões de qualidade e segurança dos ensaios laboratoriais, além de minimizar o risco de contaminação cruzada e reduzir o carry-over.

viii) Apresentar quando o insumo for importado, bula do país de origem com tradução fiel e integral para o idioma português;

ix) Apresentar insumos com data de validade e o número do lote na embalagem e em cada frasco, individualmente, devendo a embalagem ser confeccionada em material rígido impermeável;

x) Ofertar, apresentar e entregar os insumos nacionais ou importados, contendo rótulos e bulas com todas as informações sobre os mesmos em língua portuguesa;

xi) Todos os insumos devem ser inspecionados no ato do recebimento, para avaliar a integridade do produto e as condições do mesmo. Após a inspeção, conforme orientações fornecidas pelo fabricante e os critérios de acondicionamento, transporte, temperatura e demais características de adequação. O produto será devolvido em caso de não conformidade e deverão ser fornecidas novas unidades em até 48 horas, a partir do horário de notificação.

xii) contemplar nas embalagens, marca, nome, origem do produto, nome e endereço do fabricante, data de fabricação, unidade e temperatura de acondicionamento, no do lote ou partida, o prazo de validade, e o número do registro no Ministério da Saúde.

4. Garantia de Suporte Técnico, Substituição de Equipamentos e Identificação dos Insumos

i) O atendimento aos chamados para resolução de problemas não deverá ultrapassar 48 (quarenta e oito) horas para chegada da equipe técnica na unidade contemplada, no caso dos equipamentos instalados nas unidades da Capital e região metropolitana de Salvador, e 72 (setenta e duas) horas no caso dos equipamentos instalados em unidades do interior do Estado;

ii) A contratada deverá substituir o equipamento em caso de defeito no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis ou deixar instalado um equipamento de backup, da mesma marca do equipamento principal, que utilize os mesmos reagentes, possua características semelhantes ao principal, realize no mínimo todos os testes da química básica.

5. Manutenção Corretiva, substituição de peças e assessoria técnica-científica

i) A Contratada deverá realizar as manutenções corretivas do equipamento no prazo máximo de 48 horas contadas da solicitação no caso dos equipamentos instalados nas unidades da Capital e região metropolitana de Salvador, e 72 (setenta e duas) horas no caso dos equipamentos instalados em unidades do interior do Estado;

ii) Prestar Assessoria Técnica e Científica local, frente a problemas técnicos não solucionáveis em curto prazo (até 48 horas), visando a não interrupção da rotina:

iii) As peças dos equipamentos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da contratação deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

iv) Uma vez intimada, a contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis.

v) O prazo indicado no subitem anterior, durante o seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por até 30 (trinta) dias úteis, mediante solicitação escrita e justificada da contratada, aceita pelo Contratante.

vi) Na hipótese do subitem acima, a contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

6. Os serviços como a realização de manutenções preventivas e corretivas, assessoria científica, instalação de equipamentos, e os demais itens citados anteriormente deverão ocorrer, no Laboratório Central de Saúde Pública – Prof.º Gonçalo Muniz e nos laboratórios municipais/estaduais de referência regional (LMRR/LERR), localizados em:

ITEM	Local	Quantidade de equipamentos
1	LMRR Serrinha: BA 409 – KM 01 Serrinha – BA CEP: 48870-000	01

2	LMRR Paulo Afonso: Av. Getulio Vargas, s/n, Centro, Paulo Afonso – BA CEP: 48.600-000	01
3	LMRR Senhor do Bonfim: Av. ACM, S/Nº - Centro,Senhor do Bonfim – BA, CEP: 48.970-000	01
4	LMRR Brumado: Rua Rio de Contas, S/Nº Bairro Nobre Brumado – BA CEP: 46100-000	01
5	LMRR Guanambi: Praça Oswaldo Cruz, N° 100 Centro. Guanambi – BA CEP: 46430-000	01
6	LMRR Bom Jesus da Lapa: Av. Manoel Noves, S/Nº Centro,Bom Jesus da Lapa – BA CEP: 47600-000	01
7	LMRR Ibotirama: Av JK S/Nº Centro, Ibotirama – BA (anexo ao Hospital Regional de Ibotirama) CEP: 47520-000	01
8	LMRR Luis Eduardo Magalhães: Avenida Barreiras, Centro nº 825, Mimoso do Oeste, Luis Eduardo Magalhães – BA CEP: 47.850-000	01
9	LMRR Porto Seguro: Rua Bernardo Spectror, s/n, Centro. Porto Seguro – BA CEP: 45.810-000	01
10	LMRR Teixeira de Freitas: Rua Euclides da Cunha, S/Nº, Nova Teixeira, Teixeira de Freitas – BA, CEP: 45995-000	01
11	LERR Jequié: Rua 3, S/Nº Urbis 1- Casas Populares, Jequié – BA CEP: 45.206-510	01
12	LMRR Vitória da Conquista: Av. Macaúbas, nº100, Kadija, Vitória da Conquista – BA, CEP:45.065-540	01
13	LACEN/BA: Rua Waldemar Falcão, 123 Horto Florestal, Salvador – BA, CEP: 40.295-010	02

1.1.2.1 As características descritas pelas licitantes devem guardar compatibilidade com as especificações exigidas neste TR, devendo o produto ou componente ofertado ser claramente descrito de forma visual e/ou escrita.

1.1.2.1.1 As descrições e/ou materiais informativos utilizados nas especificações dos produtos cotados, se forem vertidos em idioma diverso do nacional, deverão ser apresentados com tradução para o português, ressalvados os termos técnicos cuja compreensão seja usual.

(X) 1.1.2.1.2 As características devem ser comprovadas através de:

Nota: assinalar, quando necessário.

(X) documentos de domínio público emitidos pelo fabricante
(X) catálogos
(X) manuais
(X) fichas de especificação técnica
( ) páginas da internet

1.1.2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021 e sua regulamentação.

1.2 O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, a **contar da data** da (X) **assinatura do Contrato** ( ) **subscrição da Autorização de Fornecimento de Material – AFM** ( ) **subscrição da Autorização de Prestação de Serviços – APS**, prorrogável até atingir o limite de 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n° 14.133/2021.

1.3 O Contrato apresenta maior detalhamento das regras que serão aplicadas ao prazo de vigência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A fundamentação da contratação, da caracterização do objeto e de seus quantitativos está especificada:
(X) em tópico próprio do Estudo Técnico Preliminar
( ) na descrição a seguir: (...)

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo está especificada:
(X) em tópico próprio do Estudo Técnico Preliminar
( ) na descrição a seguir: (...)

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade:

4.1.1 Devem ser atendidos os seguintes os critérios de sustentabilidade, conforme justificativa apresentada pelo gestor competente no processo administrativo de que trata este TR/Habilitação, **doc. SEI 00119175840:**

a) Contratação preferencial com empresas que promovem ações de uso eficientes de recursos naturais, contribuindo para preservação do meio ambiente;
b) Utilização de sistema operacionais que possibilitem interfaceamento e registros das manutenções, calibrações e controles internos, a fim de garantir a segurança dos dados gerados e evitar a impressão de resultados com gastos excessivos de papel e insumos para impressora.
c) Descartar adequadamente peças e fluidos que não podem ser reciclados;
d) Utilizar produtos de limpeza e manutenção que sejam biodegradáveis e não tóxicos;
e) Optar por fornecedores que adotem práticas sustentáveis em suas operações;
f) Garantir que todos os serviços e produtos utilizados estejam em conformidade com as regulamentações ambientais locais e nacionais.

4.2 Indicação de marcas ou modelos

4.2.1 A Administração **não** indicará marca(s), característica(s) ou modelo(s).

4.3 Exame de adequação do objeto (amostras, exame de conformidade, prova de conceito, ou outros testes destinados à aferição da aceitabilidade da proposta)

4.3.1 Não será exigido(a) exame de adequação do objeto.

4.3.2 Durante o prazo de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, a Administração poderá, justificadamente, exigir amostra ou prova de conceito do bem (art. 41, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.4 Vistoria

4.4.1 Não será exigida a realização de vistoria prévia.

4.5 Subcontratação

4.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 Garantia

4.6.1 Garantia de proposta

4.6.1.1 Não haverá exigência da garantia de proposta de que trata o art. 58 da Lei Federal n° 14.133/2021.

4.6.2 Garantia da contratação

4.6.2.1 Será exigida a garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, no **percentual de 5 % (cinco por cento) do valor** anual do Contrato, podendo recair sobre qualquer das modalidades indicadas no referido art. 96, §1°.

4.6.2.1.1 A garantia na modalidade caução em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica a ser indicada pelo Contratante, com correção monetária.
4.6.2.1.2 Para garantia na modalidade títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia (art. 96, §1º, inc. I, da Lei Federal n° 14.133/2021).
4.6.2.1.3 Para garantia na modalidade fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.
4.6.2.1.4 Na hipótese de opção pela modalidade caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou fiança bancária, a prova da garantia, sob pena da caracterização de inadimplemento contratual, deverá ser apresentada no **prazo de 30 (trinta) dias**, **após** a ( ) autorização da contratação direta (X) assinatura do Contrato.
4.6.2.1.5 Na hipótese de garantia na modalidade seguro garantia:
a) deverá ser prestada em **até 30 (trinta) dias**, contados da data da homologação da licitação e anteriormente à assinatura do Contrato (art. 96, §3°, da Lei Federal n° 14.133/2021).
b) tratando-se de contratação direta, ou na hipótese de contratação oriunda do SRP, a garantia deverá ser prestada anteriormente à assinatura do Contrato.
c) a apólice vigorará **por 30 (trinta) dias** após o término da vigência do Contrato e continuará em vigor mesmo que a contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas, devendo esta cláusula constar expressamente da apólice sob pena de não aceitação da garantia (art. 97, incs. I e II, da Lei Federal n° 14.133/2021).
d) a apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
e) será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 4.6.2.1.8 (art. 97, parágrafo único, da Lei Federal n° 14.133/2021).
f) ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos da regulamentação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, devendo esta cláusula constar expressamente da apólice sob pena de não aceitação da garantia.

4.6.2.1.6 No caso das modalidades seguro garantia ou fiança bancária, não será admitida a existência de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador.
4.6.2.1.7 Caso utilizada outra modalidade de garantia diversa do seguro garantia, a sua liberação ou restituição somente ocorrerá após a fiel execução do Contrato ou a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
4.6.2.1.8 Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento do Contratante, a contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo Contratante.
4.6.2.1.9 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, somente será aceita se, observada a legislação que rege a matéria, contemplar o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas, bem como de multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento, independentemente de outras cominações legais.
4.6.2.1.10 No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados para a contratação.
4.6.2.1.11 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no mesmo prazo estabelecido para comprovação da garantia originária.
4.6.2.1.12 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
4.6.2.1.13 O emitente da garantia ofertada pela contratada deverá ser intimado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei Federal n° 14.133/2021).
4.6.2.1.14 A liberação ou restituição da garantia ocorrerá após o recebimento definitivo da totalidade do objeto do Contrato, com a demonstração de cumprimento, pela contratada, das obrigações pactuadas.
4.6.2.1.15 O garantidor não é parte em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
4.6.2.1.16 A contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR/Habilitação.

4.6.2.1.17 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 59, §6º da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.7 Participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio

(X) Sim
( ) Não, conforme justificativa constante do processo administrativo de que trata este TR/Habilitação, **doc. SEI** _____ (art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.8 Exigência de carta de solidariedade

4.8.1 Não será exigida carta de solidariedade.

4.9 Outras especificações:

4.9.1 Outras especificações:

4.9.1.1 **Certificado de Registro**
a) É exigido certificado de registro de cada produto no Ministério da Saúde, fornecido através do seu órgão competente, conforme a Lei nº 6.360/1976 e o Decreto nº 8.077/2013.

b) Em caso de registro vencido, o fornecedor deverá apresentar as Certidões de Registro vencidas e todos os pedidos de revalidações (Petição 1 e 2) com o carimbo do Protocolo do Ministério da Saúde perfeitamente legível, para averiguação do prazo previsto no §2º do art. 8º do Decreto nº 8.077/2013.

c) Tratando-se de produtos dispensados de registro, que figurem em relações elaboradas pela ANVISA, conforme previsto na Lei nº 6.360/1976 e no Decreto nº 8.077/2013, Resoluções RDC nº 199/2006, RDC n°107/2023, e nº 576/2021 e suas atualizações, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, deverá ser apresentado o cadastramento ou a comprovação de dispensa.

d) Os documentos apresentados por distribuidoras devem se referir a cada marca/laboratório dos produtos cotados.

e) Os documentos deverão apresentados em formato digital, sob exclusiva responsabilidade dos proponentes quanto à sua validade.

f) O(s) documento(s) apresentado(s) por meio de publicação no Diário Oficial deve(m), preferencialmente, destacar, com marca-texto, o(s) produto(s) cotado(s).

g) Os registros ou publicações no DOU devem ser identificados com o número do item/lote a que se referem, a fim de facilitar o julgamento das propostas de preços.

4.9.1.1.1 O Certificado de Registro do Produto deverá ser encaminhado para efeito de avaliação da conformidade da proposta.

4.9.1.1.2 Não serão aceitas propostas de fornecimento cuja embalagem apresente quantidade diversa da apresentação do produto registrado na ANVISA.

4.9.1.2 **Validade do produto**
a) Os produtos sujeitos a validade deverão ter prazo mínimo de 12 (doze) meses a partir da data da entrega.

b) Para produtos cuja natureza determine uma validade inferior a 12 (doze) meses, serão aceitos aqueles que, no ato da sua entrega, tenham prazo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da validade integral do produto, considerando a data de fabricação do lote.

c) No caso de produtos importados, cujo processo de importação inviabilize a entrega com validade mínima de 12 (doze) meses, serão aceitos aqueles que, no ato da sua entrega, tenham prazo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da validade mínima exigida.

4.9.1.3 **Condições de entrega:**
4.9.1.3.1 Certificados de Boas Práticas

a) Na hipótese de produtos sujeitos à exigência de Certificado de Boas Práticas de Fabricação – CBPF, este deverá ser apresentado durante a execução contratual.

a.1). Em se tratando de empresas que realizam as operações envolvidas na fabricação de medicamentos, incluindo os medicamentos experimentais, aplica-se o disposto na Resolução nº 658, de 30/03/2022.

b) Se o produto for importado, alternativamente ao subitem anterior, poderá ser apresentado o CBPF emitido pela Autoridade Sanitária do país de origem, observado o disposto no art. 4º da Resolução RDC nº 25/2011, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com a redação que lhe foi conferida pela Resolução RDC nº 50/2013.

c) O CBPF deverá obedecer à Lei nº 11.972/2009 e a RDC nº 39/2013, quanto ao modelo, conteúdo e validade de 2 (dois anos).

d) Não será aceito o produto que tenha sido fabricado com CBPF vencido, conforme RDC nº 39/2013.

e) Para comprovação do objeto e da origem, no caso de medicamentos importados ou nacionais, deve ser apresentada a bula do(s) produto(s) cotado(s), acompanhada da petição secundária, quando for o caso, ficando esclarecido que o endereço da unidade fabril deve ser o mesmo do CBPF.

4.9.1.4 Disposições adicionais:

4.9.1.4.1 **Obrigações complementares da contratada:**

a) proceder à instalação de 14 (quatorze) equipamentos de piso totalmente automatizado, com sistema multiparamétrico de acesso aleatório, contínuo e imediato para as amostras, com as seguintes características/capacidades:

1. Realizar no mínimo, 25 (vinte e cinco) reações de tipos diferentes simultaneamente;
2. Processar amostras de emergência, priorizando a amostra na central de pipetagem e na central de processamento;
3. Realizar a pipetagem das amostras diretamente do tubo primário;
4. Manter histórico dos reagentes utilizados no equipamento;
5. Possuir programas de controle de qualidade;
6. Possuir sistema para interfaceamento;
7. Fazer detecção de líquido, coágulo e bolhas;
8. Utilizar reagentes preferencialmente prontos para uso;
9. Sistema de operação em português;
10. O equipamento deverá ter o seu descarte de expurgo líquido diretamente na rede de esgoto, sem risco para o operador;
11. O equipamento, assim como os seus insumos e reagentes deverão ter registro no Ministério da Saúde;

b) fornecer os reagentes a serem utilizados no equipamento, que devem ser preferencialmente prontos para uso, devendo ser todos da mesma marca, não sendo admitidas alíquotas (fracionamento) dos controles e/ou calibradores;
c) incluir na proposta todas as despesas com controles e calibradores e demais acessórios e reagentes necessários para utilização do equipamento, inclusive a instalação de equipamento para fornecimento de água reagente para o consumo diário do aparelho, bem como nobreak, impressora e os materiais necessários ao backup dos dados gerados pelo equipamento;
d) entregar e instalar os equipamentos num prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;
e) ceder os equipamentos em comodato durante o tempo de duração de uso dos kits, até se esgotar o estoque adquirido com o ônus de sua completa manutenção. Consumido o estoque, será devolvido o equipamento sem qualquer ônus para o contratante;
f) enviar os equipamentos acompanhados de manuais operacionais em português;
g) dar treinamento do corpo técnico do laboratório para operar os equipamentos e assistência cientifica periódica atualizando o pessoal do setor de laboratório;
h) instalar interfaceamento entre o equipamento e o sistema de gestão laboratorial utilizado no laboratório, incluindo as manutenções, atualizações, tanto de hardware quanto de software, as readequações necessárias ao funcionamento do mesmo, sem ônus para o Contratante;
i) fornecer todos os números de telefones fixos, comerciais, celulares e de plantão para atendimento da assistência técnica em horário comercial (das 08:00 às 18:00 horas), inclusive sábados, domingos e feriados para realizar as manutenções corretivas;
j) realizar as manutenções de acordo com as recomendações do manual do fabricante do equipamento;
k) A Contratada deverá realizar as manutenções corretivas do equipamento no prazo máximo de 48 horas contadas da solicitação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Forma de entrega

5.1.1 O fornecimento dos bens será contínuo, observando os seguintes prazos e condições:
( ) da assinatura do Contrato
(X) da subscrição da Autorização de Fornecimento de Material – AFM

UF	CÓDIGO SIMPAS	DESCRITIVO	QUANTITATIVO	1ª ENTREGA Em até 20 dias após a assinatura da AFM	2ª ENTREGA Em até 80 dias após a assinatura da AFM	3ª ENTREGA Em até 140 dias após a assinatura da AFM	4ª ENTREGA Em até 200 dias após a assinatura da AFM	5ª ENTREGA Em até 260 dias após a assinatura da AFM
UN	65.05.19.00128429-0	TESTE dosagem de estradiol, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, , em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora .Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	66.900	13.500	13.200	13.500	13.200	13.500
UN	65.05.19.00128430-4	TESTE, completo, para HTLV I/II, pesquisa simultanea de anticorpos IgG e IgM, contra virus linfotropicos da celula T humana tipo I e tipo II (HTLV I/II), com antigenos obtidos de lisado viral e/ou DNA recombinante e/ou polipetideo sintetico, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, de	133.200	26.700	26.700	26.700	26.700	26.400

		ultima geracao, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora. Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.						
UN	65.05.19.00128431-2	TESTE, dosagem de alfafetoproteina, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude	3.000	600	600	600	600	600
UN	65.05.19.00128432-0	TESTE, dosagem de Anti-TPO, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de	34.200	6.900	6.900	6.900	6.600	6.900

		quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora . Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.						
UN	65.05.19.00128433-9	TESTE, dosagem de CA 125 (antigeno carboidratado), em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	9.000	1800	1800	1800	1800	1800
UN	65.05.19.00128434-7	TESTE, dosagem de CA 15-3 (Antigeno carbohidratado 15-3), em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia	3.600	900	600	900	600	600

		ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude						
UN	65.05.19.00128435-5	TESTE, dosagem de CA 19-9 (Antigeno carboidratado 19-9), em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora. Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude	5.400	1200	900	900	1200	1200
UN	65.05.19.00128436-3	TESTE, dosagem de CEA (antigeno carciembrionario), em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia,	5.400	1200	900	900	1200	1200

		eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude						
UN	65.05.19.00128437-1	TESTE, dosagem de FSH, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude	79.200	16.200	15.600	16.200	15.600	15.600
UN	65.05.19.00128438-0	TESTE, dosagem de hormonio AAT, anticorpo anti-tireoglobulina, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia	27.000	5.700	5.100	5.400	5.400	5.400

		ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.						
UN	65.05.19.00128439-8	TESTE, dosagem de LH, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	68.400	13.800	13.500	13.800	13.500	13.800
UN	65.05.19.00128440-1	TESTE, dosagem de progesterona, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em	61.200	12.600	12.000	12.300	12.000	12.300

		equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude						
UN	65.05.19.00128441-0	TESTE, dosagem de prolactina, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	46.800	9.600	9.300	9.600	9.300	9.000
UN	65.05.19.00128442-8	TESTE, dosagem de PSA livre, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente	27.000	5.400	5.400	5.400	5.400	5.400

		automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora.Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude						
UN	65.05.19.00128443-6	TESTE, dosagem de PSA total, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificaçao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	153.000	27.000	27.000	35.700	36.000	27.300
UN	65.05.19.00128444-4	TESTE, dosagem de T3, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com	112.500	22.800	22.200	22.800	22.200	22.500

		acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.						
UN	65.05.19.00128445-2	TESTE, dosagem de T4 livre, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	342.000	68.700	68.400	68.400	68.400	68.100
UN	65.05.19.00128446-0	TESTE, dosagem de T4, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, , em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro,	86.400	17.400	17.100	17.400	17.100	17.400

		leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.						
UN	65.05.19.00128447-9	TESTE, dosagem de testosterona, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude	43.200	9.000	8.400	9.000	8.400	8.400
UN	65.05.19.00128448-7	TESTE, dosagem de TSH, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento	370.800	74.400	74.100	74.100	74.100	74.100

		refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.						
UN	65.05.19.00128449-5	TESTE, para anticorpos anti HBs, deteccao qualitativa e quantitativa de anticorpos anti HBs, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, de ultima geracao, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora . Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	99.000	19.800	19.800	19.800	19.800	19.800
UN	65.05.19.00128450-9	TESTE, para anticorpos contra o trypanosoma cruzi, pesquisa completa de anticorpos IgG ou IgG+IgM, contra o trypanosoma cruzi utilizando antígenos recombinantes ou lisado do parasita, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia	61.200	12.300	12.000	12.300	12.300	12.300

		ou microparticula de quimioluminescencia, de ultima geracao, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora.Embalagem com dados de identificaçao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.						

UN	65.05.19.00128451-7	TESTE, para anticorpos contra treponema pallidum, pesquisa completa de anticorpos IgG ou IgG+IgM, contra treponema pallidum utilizando antigenos recombinantes, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, de ultima geracao, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora. Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude	100.800	20.400	20.100	20.100	20.100	20.100
UN	65.05.19.00128452-5	TESTE, para deteccao de anticorpos do antigeno E do virus da hepatite B, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, , em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora. Embalagem com	1.800	300	300	300	600	300

		dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.						
UN	65.05.19.00128453-3	TESTE, para deteccao de anticorpos IgG anti-Citomegalovirus, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora . Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	91.800	18.600	18.000	18.600	18.000	18.600
UN	65.05.19.00128454-1	TESTE, para anticorpos IgG anti-rubeola, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou	70.200	13.800	14.100	14.100	14.100	14.100

		superior a 160 testes por hora . Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.						
UN	65.05.19.00128455-0	TESTE, para anticorpos IgG anti-toxoplasmose, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	144.000	28.800	28.800	28.800	28.800	28.800
UN	65.05.19.00128456-8	TESTE, para anticorpos IgM anti-citomegalovirus, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou	91.800	18.600	18.000	18.600	18.000	18.600

		superior a 160 testes por hora . Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.						
UN	65.05.19.00128457-6	TESTE, para anticorpos IgM anti-rubeola, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora . Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude	1.800	300	300	300	300	600
UN	65.05.19.00128458-4	TESTE, para anticorpos IgM anti-toxoplasmose, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de	144.000	28.800	28.800	28.800	28.800	28.800

		processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.						
UN	65.05.19.00128459-2	TESTE, para anticorpos IgM da hepatite A, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora. Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude..	12.600	2700	2400	2400	2700	2400
UN	65.05.19.00128460-6	TESTE, para antigeno da superficie da hepatite B, pesquisa completa do antigeno da superficie do virus da hepatite B (HBsAg Monoclonal), incluindo a deteccao de virus mutantes, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, de ultima geracao, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro,	160.200	32.400	31.800	32.100	31.800	32.100

		leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude						
UN	65.05.19.00128461-4	TESTE, para deteccao do antigeno E do virus da hepatite B, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	1.800	300	300	300	600	300
UN	65.05.19.00128462-2	TESTE, para deteccao de Anti-HBc total, pesquisa completa de anticorpos IgM e IgG, contra os antigenos do core do virus da hepatite B, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, de ultima geracao, em	153.000	30.600	30.600	30.600	30.600	30.600

		equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora . Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.						
UN	65.05.19.00128463-0	TESTE, para deteccao de anti-HCV, anticorpos totais (IGG e IGM) para hepatite C, com antigenos de peptideos e/ou proteinas recombinantes, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.	129.600	26.100	25.800	26.100	25.800	25.800
UN	65.05.19.00128464-9	TESTE, para deteccao de anticorpos da hepatite A, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de	12.600	2700	2400	2400	2700	2400

		quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora .Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no Ministerio da Saude.						
UN	65.05.19.00128465-7	TESTE, para deteccao de HIV 1/2/0, pesquisa completa e simultanea de antigeno p24 e anticorpos, contra os virus da imunodeficiencia humana tipo 1, 2 e subtipo O, em soro ou plasma humano, baseado nos principios de quimioluminescencia, eletroquimioluminescencia ou microparticula de quimioluminescencia, de ultima geracao, em equipamento totalmente automatizado, de piso, que utilize tubos primarios, com acesso randomico, continuo, imediato e multiparametro, leitor de codigo de barras, compartilhamento refrigerado com capacidade de armazenamento minima de 25 reagentes on board, capacidade de processamento igual ou superior a 160 testes por hora . Embalagem com dados de identificacao do produto em portugues, procedencia, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de	153.000	30.900	30.600	30.600	30.600	30.300

		validade e registro no Ministerio da Saude.						

5.2 Local da entrega

5.2.1 As especificações do endereço para entrega do objeto constam:
( ) do anexo integrante deste TR/Habilitação
(X) da descrição abaixo (...)

Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Waldemar Falcão, nº 123, Horto Florestal, LACEN/BA, Salvador/Bahia, CEP: 40.295-010, de segunda a sexta-feira no horário das 8:00 às 11:00h e de 14:00 às 16:00h.

5.3 Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3.1 O prazo legal de garantia técnica será de **30 (trinta) dias**, tratando-se de fornecimento de produtos não duráveis, e de **90 (noventa) dias**, tratando-se de fornecimento de produtos duráveis (art. 26, incs. I e II, do CDC), contado a partir da entrega efetiva do produto.

5.4 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4.1 As informações relevantes para o dimensionamento da proposta constam deste TR/Habilitação.
5.4.2 O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da efetiva realização da sessão pública.[LC3]
5.4.2.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de validade inferior ao mínimo, ficando facultado aos licitantes ampliá-lo.
5.4.3 O licitante deverá anexar junto à sua proposta declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo integrante deste TR/Habilitação.
5.4.4 Tratando-se se aquisições de bens, o licitante deverá:

5.4.4.1 Informar no campo da descrição do formulário eletrônico a marca do produto.
(X) SIM
5.4.4.1.1 A marca será única para cada item, sem possibilidade de substituição.
5.4.4.1.2 O não preenchimento, pela licitante, no formulário eletrônico, da marca, implicará na não admissão da proposta, face a ausência de informação suficiente para classificação.
5.4.4.1.3 Nos casos em que a marca identifica o proponente, deve-se colocar expressão como "marca própria" ou "marca do fabricante", sob pena de não admissão da proposta.

( ) NÃO (a marca será informada na proposta readequada)

5.4.4.2 Informar, por ocasião do envio da proposta readequada ao último lance ofertado:
(X) a marca
( ) o prazo de garantia
( ) o modelo
( ) a referência
( ) o tipo

5.4.4.1.1 A marca será única para cada item, sem possibilidade de substituição
5.4.4.1.2 O não preenchimento das informações implicará na não admissão da proposta, face a ausência de informação suficiente para classificação.

5.4.5 Além das informações que já constam neste TR/Habilitação, constituem, ainda, informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

5.4.6 No valor da proposta, além de serem contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto da contratação, nos termos do subitem 4.3.2 do componente Rito procedimental, deverá ser observado o que segue:

5.4.6.1 Ao formular a proposta, o licitante deverá observar a eventual existência de desoneração de ICMS, caso em que deverá apresentar o seu preço sem a incidência deste imposto.

5.4.6.2 Nos itens formados por kits, será considerado, para efeito de julgamento da proposta, o preço unitário por teste, obtido do quociente entre o preço unitário do produto e o número de testes que possibilita fazer.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e da Lei Estadual n° 14.634/2023, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, *caput*, da Lei Federal n° 14.133/2021).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5°, da Lei Federal n° 14.133/2021).

6.2.1 O impedimento a que se refere o subitem anterior, total ou parcial, da execução do Contrato por fato ou ato de terceiro, deve ser reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, para esse fim, o uso de mensagem eletrônica por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 O acompanhamento da execução do Contrato compreenderá as atividades de gestão e fiscalização na forma dos arts. 15 a 23 do Decreto nº 22.885/2024, observando-se, ainda, o disposto nos arts. 7º e 17 do Decreto nº 23.059/2024.

6.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua intimação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua justificativa.

6.5.2 O prazo de que trata o subitem 6.5.1 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

6.5.3 Não havendo regularização ou não sendo aceita a justificativa apresentada, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à apuração dos fatos nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.5.4 A fiscalização de que trata este TR/Habilitação não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

6.6 Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para alinhamento da execução do Contrato e demais procedimentos de gestão do ajuste.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

7.1 RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1.1 Recebimento provisório

7.1.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste TR/Habilitação e na proposta.

7.1.1.2 A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados (art. 119 da Lei Federal n° 14.133/2021).

7.1.1.3 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste TR/Habilitação e na proposta, devendo ser substituído ou corrigido no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da intimação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (art. 140, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.1.1.4 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do Contrato deverá(ão) emitir relatório sobre o efetivo cumprimento das obrigações da contratada e, se for o caso, analisar o desempenho na execução do Contrato nos termos do art. 144 da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com os indicadores que deverão integrar este TR/Habilitação como anexo, encaminhando-o ao gestor do Contrato.

7.1.1.4.1 A análise do desempenho na execução do Contrato de que trata o art. 144 da Lei Federal nº 14.133/2021 poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, circunstância que deverá ser registrada pelo(s) fiscal(is) em relatório(s) a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

7.1.1.5 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição do objeto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas durante o recebimento provisório.

7.1.1.6 O recebimento provisório estará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.1.1.7 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado de recebimento provisório deverá conter o registro, a análise e a conclusão sobre todas as ocorrências na execução do Contrato, acompanhado dos demais documentos que julgar necessários, encaminhando-o ao servidor ou comissão designada pela autoridade competente para recebimento definitivo.

7.1.2 Recebimento definitivo

7.1.2.1 O recebimento **definitivo** ocorrerá no **prazo de 30 (trinta) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (art. 140, inc. II, "b" da Lei Federal n° 14.133, de 2021).

7.1.2.1.1 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.2.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa, conforme art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

7.1.2.2.1 Para fins do subitem anterior, o valor da parcela incontroversa deverá ser comunicada à contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

7.1.2.3 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

7.2 LIQUIDAÇÃO

7.2.1 Recebida(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), a Administração, no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por até **igual período**, adotará, na forma deste subitem, as providências para fins de liquidação da despesa.

7.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) apresentado(s) pela contratada possui(em) os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do Contrato e do Contratante; d) o período respectivo de execução do Contrato; e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.3 Havendo erro na apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para o Contratante;

7.4.4 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) ser obrigatoriamente acompanhado(s) da comprovação da regularidade fiscal da contratada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação de habilitação fiscal, social e trabalhista, na forma exigida neste TR/Habilitação.

7.3 PAGAMENTO

7.3.1 Prazo para pagamento

7.3.1.1 O pagamento será efetuado no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme subitem anterior.

7.3.1.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do INPC/IBGE, *pro rata tempore*.

7.3.2 Forma de pagamento

7.3.2.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou crédito em conta da contratada aberta em instituição financeira contratada pelo Estado da Bahia.

7.3.2.1.1 Optando a contratada por receber os créditos em instituição financeira diversa da indicada neste subitem, deverá arcar com os custos de transferências bancárias, os quais serão deduzidos dos pagamentos devidos.

7.3.2.2 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação, inclusive os destaques necessários às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à adoção da forma eletrônica.

7.3.2.3 Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta de preço, serão retidos na fonte, por ocasião da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente, quando houver incidência tributária.

7.3.2.4 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, estando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.3.2.5 O preço ajustado será pago diretamente pelo Fundo Estadual de Saúde da Bahia (FES-BA), devendo a Nota Fiscal ser emitida em seu CNPJ, após a validação da ordem de pagamento pela unidade responsável pelo contrato (processo 0300180476290-0).

7.3.2.6 Para aquisições originárias das demais instituições participantes, a fonte pagadora será o Fundo correspondente a cada órgão/instituição.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA PROPOSTA E EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 A seleção da proposta será feita em procedimento de:
( ) Contratação direta
(X) Licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento
(x) menor preço[LC4]
( ) maior desconto

8.2 Exigências de habilitação

8.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1.1 Habilitação jurídica

8.2.1.1.1 Para **Pessoas Jurídicas**:

a) empresário individual: inscrição no registro público de empresas mercantis;
b) microempreendedor individual – MEI: certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
c) sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.
d) sociedades simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.
e) empresa ou sociedade estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, observando-se a Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020, quando a atividade assim o exigir.
f) filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
g) autorização de funcionamento, expedida pelo órgão sanitário federal, da(s) empresa(s) responsável(is) pela extração, produção, fabricação, embalagem, reembalagem, importação, exportação, armazenagem, expedição e distribuição de cada um dos produtos cotados, em consonância com a Lei nº 6.360/76, regulamentada pelo Decreto nº 8.077/2013, ou, em sua falta, a petição da AFE dentro do prazo determinado pela legislação.

g.1) Tratando-se de distribuidora ou importadora, deverá esta apresentar, além da sua própria autorização, a autorização de funcionamento de cada laboratório/importador de produto(s)/marca(s) cotado(s) em sua proposta.

g.2) Será exigida a autorização de funcionamento das licitantes que realizem o comércio de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, em razão de a contratação não conformar atividade varejista (art. 2º, V, c/c art. 5º, III, da RDC nº 16/2014)

h) alvará ou licença sanitária para funcionamento, expedido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria Estadual ou Municipal da sede do licitante.

8.2.1.1.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes (X) Estadual/Distrital (X) Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade com a Fazenda (X) Estadual/Distrital (X) Municipal/Distrital do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei;

c.1) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

e) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

g) em se tratando de contratação direta, prova de regularidade com a Fazenda do Estado da Bahia, ou o compromisso de sua regularização e sua efetiva realização, como condição para celebração do Contrato, nos termos do art. 65 da Lei estadual n° 14.634/2023.

8.2.1.2.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar n° 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.1.3 Habilitação Econômico-Financeira

( ) **dispensável parcialmente** (IN SAEB Nº 10/2024), consistindo em:

( ) contratação para entrega imediata: aquisição remunerada para fornecimento de uma só vez, com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da expedição da ordem de fornecimento; (item 3, inc. I, da IN SAEB Nº 10/2024)

( ) contratação em valor inferior a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação definido no inc. II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas atualizações, observado o disposto no art. 24 da Lei nº 14.634/2023 (item 3, inc. II, "a" da IN SAEB Nº 10/2024)

( ) contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, até o valor definido no inc. III do art. 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas atualizações, observado o disposto no art. 24 da Lei nº 14.634/2023 (item 3, inc. II, "b" da IN SAEB Nº 10/2024)[LC5]

8.2.1.3.1 Na hipótese de dispensa parcial, será exigida, para efeito de habilitação econômico-financeira:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação ou da contratação direta, caso o documento não consigne prazo de validade

(X) **exigível**

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação ou da contratação direta, caso o documento não consigne prazo de validade

b) índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)
Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante)
Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)

b.1) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

b.1.1) Na hipótese de licitação por lotes, o patrimônio líquido exigível será calculado em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que a interessada tenha apresentado as melhores ofertas.

b.2) O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos (art. 69, §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

b.3) O balanço patrimonial e demonstrações contábeis podem ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b.4) O licitante apresentará o balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício mediante, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação ou na Central de Balanços dentro do ambiente Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas sequencialmente onde eles foram transcritos, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial, emissão extraída do SPED, contendo Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação.
b.5) O atendimento dos índices econômicos previstos neste subitem será atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante (art. 69, §1°, da Lei Federal n° 14.133/2021).

8.2.1.3.1 Na licitação por lotes, quando for atingido o limite da capacidade econômico-financeira do licitante, esta será declarada inabilitada para o(s) lote(s) subsequentes, observada a ordem sequencial dos lotes constante do instrumento convocatório, sendo vedada a escolha, pelo licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.
8.2.1.3.2 Na hipótese de participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, para fins de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo no percentual de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.2.1.4 Qualificação Técnica

a) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, preferencialmente conforme modelo anexo a este TR/Habilitação (art. 67, inc. VI, da Lei Federal n° 14.133/2021).

b) comprovação de capacitação **técnico-operacional,** mediante apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de objeto similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, limitada às parcelas de maior relevância ou valor significativo (art. 67, inc. II, §§1º e 2º, da Lei Federal n° 14.133/2021);
b.1) na hipótese de atividade não regulada por conselho profissional, a capacitação **técnico-operacional** referida neste item poderá ser demonstrada por certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, preferencialmente conforme modelo anexo a este TR/Habilitação.

8.2.1.4.1 Serão consideradas como parcelas de maior relevância ou valor significativo:

PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA **OU** VALOR SIGNIFICATIVO	QUANTITATIVO TOTAL (100%)	COMPROVAÇÃO MÍNIMA (___%)
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

8.2.1.4.1.1 Na hipótese de objeto em que não seja possível distinguir as parcelas de maior relevância ou valor significativo (objeto homogêneo), poderá ser indicada **parcela única**, sendo considerada satisfatória a comprovação da execução de, no mínimo, 10 % (dez por cento) do(s) quantitativo(s) previsto(s) neste TR/Habilitação.
8.2.1.4.1.2 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.2.1.4.2 Na hipótese de licitação por lotes, será observado o disposto a seguir:
8.2.1.4.2.1 A demonstração da qualificação técnica deverá ser feita em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que o licitante tenha apresentado as melhores ofertas.
8.2.1.4.2.2 Quando for atingido o limite da capacidade técnica do licitante, este será declarado inabilitado para o(s) lote(s) subsequentes, observada a ordem sequencial dos lotes, sendo vedada a escolha, pelo licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.

8.2.1.4.3 No caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica (art. 67, §10, da Lei Federal nº 14.133/2021).
8.2.1.4.3.1 Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações

destinadas à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

8.2.1.4.3.2 Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações destinadas à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

8.2.1.4.3.3 Na hipótese deste subitem 8.2.1.4.3, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

8.3 Disposições gerais

8.3.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ou da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

8.3.2 Regras acerca da participação de matriz e filial:

a) se o licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

b) se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;

c) a comprovação de capacidade operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, quando exigida, poderá ser feita em nome da matriz ou da filial;

d) se o licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação e qualificação da matriz e desejar executar o Contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do Contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.

8.3.3 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS poderá substituir os documentos de habilitação, na forma indicada neste TR/Habilitação.

8.3.3.1 Caso conste do registro algum documento vencido, o licitante deverá apresentar a versão atualizada do referido documento junto aos demais documentos de habilitação.

8.3.3.2 A substituição dos documentos está condicionada à verificação da regularidade destes, mediante a emissão do extrato do fornecedor pela Administração.

8.3.3.3 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado–CRS, estando no prazo de validade, poderá substituir os documentos relativos à habilitação constantes do sistema, exceto os concernentes à Qualificação Técnica.

8.3.4 Na hipótese de participação de pessoas jurídicas em consórcio, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado total da contratação é de R$ R$ 57.249.018,00 (cinquenta e sete milhões duzentos e quarenta e nove mil e dezoito reais), conforme planilha de quantitativos e preços unitários e global (X) abaixo ( ) em anexo, os quais correspondem **ao critério máximo de aceitabilidade dos preços unitários e global**.

LOTE ÚNICO						
ITEM	**CÓDIGO SIMPAS**	**DESCRITIVO**	**UF**	**QUANTITATIVO**	**PREÇO UNITARIO**	**PREÇO GLOBAL**
1	65.05.19.00128429-0	TESTE dosagem de estradiol	UN	66.900	R$ 18,00	R$ 1.204.200,00
2	65.05.19.00128430-4	TESTE, completo, para HTLV I/II, pesquisa simultanea de anticorpos IgG e IgM, contra virus linfotropicos da celula T humana tipo I e tipo II (HTLV I/II), com antigenos obtidos de lisado viral e/ou DNA recombinante e/ou polipetideo sintetico	UN	133.200	R$ 39,80	R$ 5.301.360,00
3	65.05.19.00128431-2	TESTE, dosagem de alfafetoproteina	UN	3.000	R$ 22,92	R$ 68.760,00

4	65.05.19.00128432-0	TESTE, dosagem de Anti-TPO,	UN	34.200	R$ 13,00	R$ 444.600,00
5	65.05.19.00128433-9	TESTE, dosagem de CA 125 (antigeno carboidratado),	UN	9.000	R$ 19,00	R$ 171.000,00
6	65.05.19.00128434-7	TESTE, dosagem de CA 15-3 (Antigeno carbohidratado 15-3)	UN	3.600	R$ 26,00	R$ 93.600,00
7	65.05.19.00128435-5	TESTE, dosagem de CA 19-9 (Antigeno carboidratado 19-9),	UN	5.400	R$ 26,00	R$ 140.400,00
8	65.05.19.00128436-3	TESTE, dosagem de CEA (antigeno carciembrionario)	UN	5.400	R$ 23,73	R$ 128.142,00
9	65.05.19.00128437-1	TESTE, dosagem de FSH,	UN	79.200	R$ 16,00	R$ 1.267.200,00
10	65.05.19.00128438-0	TESTE, dosagem de hormonio AAT, anticorpo anti-tireoglobulina	UN	27.000	R$ 16,00	R$ 432.000,00
11	65.05.19.00128439-8	TESTE, dosagem de LH	UN	68.400	R$ 16,00	R$ 1.094.400,00
12	65.05.19.00128440-1	TESTE, dosagem de progesterona	UN	61.200	R$ 16,00	R$ 979.200,00
13	65.05.19.00128441-0	TESTE, dosagem de prolactina, .	UN	46.800	R$ 15,00	R$ 702.000,00
14	65.05.19.00128442-8	TESTE, dosagem de PSA livre	UN	27.000	R$ 14,00	R$ 378.000,00
15	65.05.19.00128443-6	TESTE, dosagem de PSA total	UN	153.000	R$ 20,56	R$ 3.145.680,00
16	65.05.19.00128444-4	TESTE, dosagem de T3	UN	112.500	R$ 11,00	R$ 1.237.500,00
17	65.05.19.00128445-2	TESTE, dosagem de T4 livre	UN	342.000	R$ 11,00	R$ 3.762.000,00
18	65.05.19.00128446-0	TESTE, dosagem de T4	UN	86.400	R$ 11,00	R$ 950.400,00
19	65.05.19.00128447-9	TESTE, dosagem de testosterona	UN	43.200	R$ 18,00	R$ 777.600,00
20	65.05.19.00128448-7	TESTE, dosagem de TSH	UN	370.800	R$ 10,00	R$ 3.708.000,00
21	65.05.19.00128449-5	TESTE, para anticorpos anti HBs, deteccao qualitativa e quantitativa de anticorpos anti HBs	UN	99.000	R$ 19,00	R$ 1.881.000,00
22	65.05.19.00128450-9	TESTE, para anticorpos contra o trypanosoma cruzi, pesquisa completa de anticorpos IgG ou IgG+IgM, contra o trypanosoma cruzi utilizando antígenos recombinantes ou lisado do parasita	UN	61.200	R$ 39,80	R$ 2.435.760,00
23	65.05.19.00128451-7	TESTE, para anticorpos contra treponema pallidum, pesquisa completa de anticorpos IgG ou IgG+IgM, contra treponema pallidum utilizando antigenos recombinantes	UN	100.800	R$ 32,00	R$ 3.225.600,00
24	65.05.19.00128452-5	TESTE, para deteccao de anticorpos do antigeno E do virus da hepatite B.	UN	1.800	R$ 21,00	R$ 37.800,00
25	65.05.19.00128453-3	TESTE, para deteccao de anticorpos IgG anti-Citomegalovirus.	UN	91.800	R$ 20,98	R$ 1.925.964,00
26	65.05.19.00128454-1	TESTE, para anticorpos IgG anti-rubeola.	UN	70.200	R$ 22,38	R$ 1.571.076,00

27	65.05.19.00128455-0	TESTE, para anticorpos IgG anti-toxoplasmose	UN	144.000	R$ 17,70	R$ 2.548.800,00
28	65.05.19.00128456-8	TESTE, para anticorpos IgM anti-citomegalovirus	UN	91.800	R$ 22,12	R$ 2.030.616,00
29	65.05.19.00128457-6	TESTE, para anticorpos IgM anti-rubeola	UN	1.800	R$ 21,60	R$ 38.880,00
30	65.05.19.00128458-4	TESTE, para anticorpos IgM anti-toxoplasmose	UN	144.000	R$ 18,95	R$ 2.728.800,00
31	65.05.19.00128459-2	TESTE, para anticorpos IgM da hepatite A	UN	12.600	R$ 22,00	R$ 277.200,00
32	65.05.19.00128460-6	TESTE, para antigeno da superficie da hepatite B, pesquisa completa do antigeno da superficie do virus da hepatite B (HBsAg Monoclonal), incluindo a deteccao de virus mutantes	UN	160.200	R$ 16,00	R$ 2.563.200,00
33	65.05.19.00128461-4	TESTE, para deteccao do antigeno E do virus da hepatite B	UN	1.800	R$ 22,00	R$ 39.600,00
34	65.05.19.00128462-2	TESTE, para deteccao de Anti-HBc total, pesquisa completa de anticorpos IgM e IgG, contra os antigenos do core do virus da hepatite B	UN	153.000	R$ 20,00	R$ 3.060.000,00
35	65.05.19.00128463-0	TESTE, para deteccao de anti-HCV, anticorpos totais (IGG e IGM) para hepatite C, com antigenos de peptideos e/ou proteinas recombinantes	UN	129.600	R$ 26,80	R$ 3.473.280,00
36	65.05.19.00128464-9	TESTE, para deteccao de anticorpos da hepatite A	UN	12.600	R$ 29,00	R$ 365.400,00
37	65.05.19.00128465-7	TESTE, para deteccao de HIV 1/2/0, pesquisa completa e simultanea de antigeno p24 e anticorpos, contra os virus da imunodeficiencia humana tipo 1, 2 e subtipo O	UN	153.000	R$ 20,00	R$ 3.060.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						**R$ 57.249.018,00**

9.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e, quando elaborada a matriz de risco, a sua alocação entre contratante e contratada.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas para o pagamento da presente contratação correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade FIPLAN	**Função**	**Subfunção**	**Programa**	**P/A/OE**
19.601.0046	10	303	435	4855
Região/planejamento	**Natureza da despesa**	**Destinação do recurso**	**Tipo de recurso orçamentário**	
9900	3.3.90.30.000	281/282	1	

10.1.1 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

11.1 O prazo para assinatura do termo de contrato ou, nas hipóteses previstas no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, do instrumento hábil que lhe substitua: Autorização de Fornecimento de Material - AFM ou Autorização de Prestação de Serviços – APS, será de **10 (dez) dias úteis.**

11.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do adjudicatário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.2 A assinatura do termo de contrato ou do instrumento hábil, conforme o disposto no art. 90 da Lei Federal n° 14.133/2021, observará a disciplina constante do componente Rito Procedimental do edital.

12. ANEXOS INTEGRANTES DO TR/HABILITAÇÃO

12.1 Vinculam-se a este TR/Habilitação, independentemente de transcrição (art. 92, inc. II, da Lei Federal n° 14.133/2021):
( ) Seção Específica do TR/Habilitação para o Sistema de Registro de Preços;
(X) Modelo para descrição auxiliar do objeto (no caso de listagem extensa)
(X) Modelo de descrição de proposta de preço e de declaração de elaboração independente de proposta;

(X) Modelos de prova de qualificação técnica:
- (X) Capacidade técnico-operacional;
- ( ) Declaração de indicação do pessoal técnico, instalações e aparelhamento
- (X) Declaração de pleno conhecimento, sem exigência de vistoria
- ( ) Declaração de pleno conhecimento, com exigência de vistoria

(X) Estudo Técnico Preliminar, quando cabível.

Salvador, Bahia. 08 de agosto de 2025.

João Emmanuel Lima de Almeida
Coordenador
Coordenação de Gestão da Rede de Laboratórios

Documento assinado eletronicamente por **João Emmanuel Almeida**, **Coordenador**, em 08/08/2025, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00119828168** e o código CRC **55EDEAF0**.

Referência: Processo nº 019.5064.2025.0061200-39 SEI nº 00119828168

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE - SESAB
Coordenação de Gestao da Rede - Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN - SESAB/SUVISA/LACEN/CGR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações básicas do documento

Número do processo administrativo 019.5064.2025.0061200-39.

2. Necessidade

a) Descrição da necessidade:
A necessidade da aquisição de testes para diagnóstico de doenças infecciosas, marcadores tumorais e hormônios é essencial para auxiliar no diagnóstico precoce, tratamento e monitoramento de pacientes com diversas condições médicas. A precisão e confiabilidade dos testes são fundamentais para garantir o melhor cuidado ao paciente e otimizar os recursos da instituição de saúde. Ante o exposto, o LACEN/BA é uma organização que possui um histórico de compromisso com a saúde pública, que é declarado na sua missão: "Contribuir para a universalidade do acesso as ações de vigilância laboratorial de interesse para a saúde pública e integralidade da atenção à saúde da população".

O LACEN/BA é referência no estado da Bahia para o diagnóstico de doenças de interesse em saúde pública para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A aquisição envolve o diagnóstico de doenças infecciosas que são cruciais de serem detectadas em momento oportuno de acordo ao curso do processo infeccioso, tais como: Chagas, HIV, HTLV, Hepatites virais, Toxoplasmose, Citomegalovírus, entre outras. Somado a isso, o LACEN coordena uma rede de laboratórios de saúde pública que realiza o diagnóstico descentralizado e regionalizado de tais agravos de saúde pública citados.

A Resolução CIB nº 106/2008 aprovou a Rede Estadual de Laboratório de Saúde Pública – RELSP composta atualmente pelo LACEN/BA, 11 Laboratórios Municipais de Referência Regional - LMRR, 01 Laboratório Estadual de Referência Regional - LERR, 15 Laboratórios de Vigilância da Qualidade da Água - LVQA, situados nos municípios sede de Região de Saúde de acordo ao Plano Diretor de Regionalização. Cada LMRR, bem como o LERR, possui o compromisso de atender os municípios da sua área de abrangência.

O LACEN assumiu o papel de coordenador da RELSP e da gestão das ações de forma compartilhada, solidária e comprometida com a qualidade e acessibilidade dos serviços de Vigilância Laboratorial, tendo como uma de suas atribuições subsidiar as unidades laboratoriais e postos de coleta, através do fornecimento de insumos, equipamentos, ensaio de proficiência e capacitação das equipes, a fim de manter o pleno funcionamento das atividades. Essa ação garante que o diagnóstico dos agravos de saúde pública no estado da Bahia seja realizado de modo integrado, ordenado e com prestação de serviços de qualidade.
Ressaltamos que, atrelado ao curso da motivação desta aquisição, o último processo regular licitatório, o processo SEI nº 019.5064.2023.0049685-94, instaurado em 29/03/2023, resultou em um pregão eletrônico fracassado com resultado em 04/07/2024, após 01 ano e 03 meses, ocorrendo ainda a abertura de um processo de apuração de ilícitos atrelado a um dos concorrentes que participou da disputa (processo SEI nº 019.11458.2023.0216961-23). Frente a situação, foi necessário abertura da aquisição emergencial por dispensa de licitação/contratação direta vigorando na Lei Estadual nº 9.433/2005 – Regia o processo licitatório e os contratos administrativos no estado da Bahia e Lei nº 8.666/1993 – Regime geral de licitações e contratos, o processo foi aberto em 20/10/2023, com contrato firmado em 28/11/2023 (processo SEI nº 019.5064.2023.0182255-56). Com o encerramento do contrato emergencial, foi instaurado uma nova aquisição emergencial por contratação direta em 03/05/2024, considerando o vigor das novas Leis de Licitações e Contratos, Lei Federal n. 14.133/2021 e Lei Estadual n. 14.634/2023, obtendo do contrato firmado em 28/04/2025 (processo SEI nº 019.5064.2024.0033733-77). Atrelado ao consumo dos insumos e ausência de um contrato regular, foi aberto o processo SEI nº 019.5064.2024.0126877-11 em 31/07/2024, resultando na revogação da sua fase externa em 28/03/2025 por necessidade da unidade geradora e entrave do curso de uma nova fase externa devido a impossibilidade de atualização do valor obtido na fase interna, pois o valor cotado considerando o vencimento da proposta e necessidade de nova cotação, extrapolou os limites previamente autorizados e validados no curso da tramitação do processo, deste modo, concluiu-se na revogação e insucesso da aquisição. Ante ao exposto, a aquisição possui caráter tempestivo e crítico ora visto que, mediante o cenário atual da possível descontinuidade das atividades de vigilância laboratorial, a partir do desabastecimento do estoque dos testes de diagnóstico devido a ausência de um contrato regular, mesmo considerando todos os esforços da instituição conforme apresentado. Portanto, a aquisição visa adquirir os testes para realização dos exames de sorologia, hormônios e marcadores tumorais, para atender a demanda de exames do LACEN/BA e RELSP, por um período de 12 (doze) meses, possibilitando que o diagnóstico dos agravos de saúde pública sejam ofertados em tempo oportuno, além de impedir o desabastecimento de insumos e a suspensão do diagnóstico de exames de interesse à saúde pública da população baiana.

b) Área requisitante:
Laboratório Central de Saúde Pública Professor Gonçalo Moniz – LACEN/BA através da Coordenação de Gestão da Rede de Laboratórios (CGR).

c) Descrição dos requisitos da contratação:
Os requisitos da contratação incluem a aquisição de testes com alta sensibilidade e especificidade, a serem utilizados em equipamento totalmente automatizado, sendo necessários um total de 14 (quatorze) equipamentos por metodologia de quimioluminescência e/ou eletroquimioluminescência, novos, por regime de cessão de uso. Esta contratação permitirá a realização eficiente e ágil dos exames laboratoriais, oferecendo liberação dos resultados em tempo oportuno e conformidade com regulamentações e normas de qualidade aplicáveis.

Os equipamentos serão instalados nos seguintes laboratórios: LACEN/BA (02), LERR de Jequié (01), LMRR de Serrinha (01), LMRR de Paulo Afonso (01), LMRR de Senhor do Bonfim (01), LMRR de Vitória da Conquista (01), LMRR de Guanambi (01), LMRR de Brumado (01), LMRR de Bom Jesus da Lapa (01), LMRR de Ibotirama (01), LMRR de Luis Eduardo Magalhães (01), LMRR de Teixeira de Freitas (01) e LMRR de Porto Seguro (01).

3. Solução

a) Levantamento de mercado:
Foram realizados levantamentos para identificar soluções no mercado que atendam às necessidades de aquisição, visando alcançar resultados desejados e considerando os princípios de economicidade, eficácia, eficiência e padronização. Foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades públicas, bem como organizações privadas, consultados processos/editais e fornecedores, com o objetivo de identificar novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor se adequem às necessidades desta Unidade. Este levantamento incluiu a análise das seguintes alternativas:

a) Solução 1: Consulta a Fornecedores Cadastrados - Verificação de fornecedores previamente cadastrados em sistemas governamentais.

b) Solução 2: Pesquisa de Preços - Utilização de bancos de dados de preços e realização de pesquisas diretas no mercado para comparar os preços praticados.

c) Solução 3: Consulta a Atas de Registro de Preços - Verificação de atas existentes que incluam os materiais necessários, possibilitando a utilização dessas atas para contratação.

d) Solução 4: Pregão Eletrônico - Modalidade de licitação que permite a participação ampla de fornecedores, favorecendo a obtenção de preços competitivos e garantindo transparência no processo.

Considerando os critérios de transparência, competitividade e eficiência, a solução mais viável é o pregão eletrônico. A realização de licitação na modalidade pregão eletrônico é uma solução já experienciada por este órgão em contratações anteriores, tendo a administração pública obtido êxito na maioria dos certames com objetos similares. O pregão eletrônico não apenas promove ampla concorrência entre fornecedores, mas também maximiza a probabilidade de obter as melhores condições para a contratação.

Dessa forma, assegura-se que as especificidades sejam atendidas e que a escolha seja feita com base na proposta mais vantajosa para a administração pública, garantindo, assim, eficiência e transparência no processo de aquisição.

b) Descrição da solução como um todo:
A solução inclui a aquisição de testes para diagnóstico de doenças infecciosas, marcadores tumorais e hormônios, com especificações técnicas detalhadas, incluindo requisitos de manutenção e assistência técnica local e científica. Além disso, atendimento aos requisitos reguladores de fabricação e comercialização do produto. A escolha será fundamentada em análises técnicas e econômicas para garantir a melhor opção para a instituição de saúde.

c) Estimativa das quantidades a serem contratadas:
Foi realizada uma estimativa do quantitativo da contratação, com o prazo de vigência do contrato de 12 meses, estimando o consumo de testes para todos as unidades laboratoriais, considerando assim, os preços unitários referenciais dos testes, memórias de cálculo e documentos de suporte.

Essa demanda é particularmente importante para garantir a continuidade do fornecimento dos testes que são essenciais para o diagnóstico dos agravos de interesse à saúde pública atendendo aos requisitos legais. Essas informações serão apresentadas de forma clara para garantir a transparência e conformidade com as normas aplicáveis. Considerando a necessidade de maior detalhamento da estimativa do quantitativo da contratação, o cálculo foi realizado contemplando a média de produção do exame entre todos os laboratórios de acordo aos seus respectivos meses em que houve número de produção do exame através do Gerenciador do Ambiente Laboratorial (GAL), acrescido de 20% desta média de produção para representar o consumo do teste do referido exame na operação analítica, envolvendo o consumo do teste para calibração, controle e/ou repetição durante a reação de leitura da amostra. Além disso, acrescido 20% desta média de produção representando o aumento da produção do exame na rotina do laboratório, totalizando assim, 40% (Quantitativo disponível no anexo 01 - Cálculo RELSP).

Portanto, para demonstração da análise deste consumo, no cálculo foi considerado a média de produção de exames de interesse à saúde pública de janeiro de 2023 a junho de 2024, junto aos dados consolidados no sistema GAL – Gerenciador do Ambiente Laboratorial. Acrescidos este número a 40%, considerando o aumento da demanda espontânea de diagnóstico laboratorial dos exames, bem como consumo de testes (reagente) na operacionalização do equipamento. Os relatórios consolidados disponíveis no sistema GAL, utilizado para esta análise, proporciona o gerenciamento das rotinas, o acompanhamento das etapas para realização dos exames/ensaios e a obtenção de relatórios produção/epidemiológicos/analíticos nas rede estadual de laboratórios de saúde pública. Além de auxiliar nas tomadas de decisões epidemiológicas e gerenciais dos laboratórios de saúde.

d) Estimativa do valor da contratação:
Foi realizada uma estimativa do valor da contratação, considerando os preços unitários referenciais dos testes, memórias de cálculo e documentos de suporte. A partir dos valores da última aquisição destes testes, a estima é de **R$ 57.249.018,00 (cinquenta e sete milhões duzentos e quarenta e nove mil e dezoito reais)** (Estimativa disponível no anexo 02 - Estimativa de Custo da Contratação de Testes para a RELSP).

e) Justificativa para o parcelamento ou não da solução:
A solução não será parcelada em virtude do parcelamento implicar na perda de economia de escala, principalmente por haver solicitação de 14 equipamentos novos em comodato para instalação nas 13 unidades laboratoriais. Pelo motivo exposto, não se vislumbra o parcelamento dos testes para o diagnóstico de doenças infecciosas, marcadores tumorais e hormônios da presente contratação, particularmente por razões de economicidade. Além disso, geraria dificuldade na fiscalização e gestão contratual, com múltiplas empresas realizando o fornecimento do mesmo objeto.

f) Contratações correlatas e/ou interdependentes:
Não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao objeto da compra/contratação pretendida neste momento.

g) Demonstração de previsão da contratação no planejamento da administração:
A Lei nº 14.133/2021 no inciso VII, do art. 12, dispõe que cada ente federativo poderá elaborar o plano de contratações anual - PCA, na forma de regulamento. Contudo, até a presente data não houve regulamentação no Estado da Bahia, motivo pelo qual não há PCA vigente para contemplar a demanda em tela. Neste sentido, a presente aquisição está prevista e identificada no Plano Anual de Contratações interno do Laboratório Estadual de Saúde Pública Prof. Gonçalo Moniz – LACEN/BA visando atender as metas na execução dos exames de interesse à saúde pública no estado da Bahia.

4. Planejamento
a) Resultados pretendidos:
Os resultados pretendidos incluem garantir o acesso a testes diagnósticos precisos e confiáveis para doenças infecciosas, marcadores tumorais e hormônios, proporcionando o melhor cuidado ao paciente, mantendo as investigações de inquéritos epidemiológicos a partir da realização destes exames laboratoriais.

Esta aquisição alinha-se ao cumprimento das metas traçadas ao Laboratório Estadual de Saúde Pública Prof. Gonçalo Moniz – LACEN/BA, responsável pela realização de diagnóstico e monitoramento de agravos de saúde pública, ações consideradas estratégicas para o sistema de vigilância em saúde.

O LACEN/BA integra o Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública (SISLAB), regulamentado por meio da Portaria nº. 2031, de 23 de setembro de 2004 do Ministério da Saúde, que dispõe sobre um conjunto de Redes Nacionais de Laboratórios organizados em sub-redes, por agravos ou programas, de forma hierarquizada por grau de complexidade das atividades relacionadas à Vigilância em Saúde. Propiciando assim, o conhecimento e investigação diagnóstica de agravos e verificação da qualidade de produtos de interesse para a saúde pública, mediante estudo, pesquisa e análises relacionados aos riscos epidemiológicos, sanitários, ambientais e da saúde do trabalhador, além de coordenar a Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública – RELSP – na Bahia.

b) Providências a serem adotadas:
Serão adotadas providências prévias à celebração do contrato, incluindo fiscalização e gestão contratual para garantir o adequado acompanhamento da execução do contrato.

c) Possíveis impactos ambientais:
A aquisição em tela não enseja adequações ao ambiente operacional de trabalho. Concomitante a isto, enseja-se a contratação preferencial com empresas que promovem ações de uso eficientes de recursos naturais, contribuindo para preservação do meio ambiente, juntamente com medidas mitigadoras, incluindo requisitos de baixo consumo de energia e logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens, quando aplicável.

5. Viabilidade
Atestamos a viabilidade técnica e econômica da contratação, conforme exigido pela legislação aplicável. Diante de todo o exposto acima, conclui-se pela viabilidade da aquisição nos termos das definições deste documento, pois a mesma atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

6. Análise sobre a necessidade de classificação do ETP
A necessidade de classificação do ETP nos termos da Lei federal n.º 12.527/2011 deve ser avaliada com base na relevância das informações contidas nessas especificações para a transparência e a prestação de contas no processo de aquisição de testes para diagnóstico de doenças infecciosas, marcadores tumorais e hormônios. Considerando que a necessidade, a solução, as especificações técnicas pretendidas envolvendo também a qualidade do produto e segurança na execução dos testes, são informações relevantes para garantir a correta execução do objeto contratual, é recomendável que o ETP seja classificado como documento público.
A classificação do ETP como documento público permite o acesso dos interessados, como fornecedores e cidadãos, às informações necessárias para compreender os requisitos técnicos da contratação e participar do processo de forma transparente. Além disso, contribui para a prestação de contas e a fiscalização por parte dos órgãos de controle, assegurando a legalidade e a eficiência na contratação.

Portanto, com base na importância das informações contidas no ETP para o processo de contratação e para a garantia da transparência e da prestação de contas, é recomendável que o ETP seja classificado como documento público nos termos da Lei federal n.º 12.527/2011.

7. Identificação
João Emmanuel Lima de Almeida
Coordenação de Gestão da Rede de Laboratórios (CGR)
Laboratório Central de Saúde Pública Prof. Gonçalo Moniz – LACEN/BA

8. Anexos
Anexo 01 – Cálculo RELSP (13 laboratórios de saúde pública).

Exame	PEDIDO LACEN/BA 12 MESES	PEDIDO RELSP 12 MESES	TOTAL DE KITS
Alfa-fetoproteína (AFP)	3000	NA	3000
Antígeno Carbohidrato (CA-125)	9000	NA	9000
Antígeno Carbohidrato (CA-15-3)	3600	NA	3600
Antígeno Carbohidrato (CA-19-9)	5400	NA	5400
Antígeno Carcinoembriônico (CEA)	5400	NA	5400
Anti-Peroxidase Tireoidiano (Anti-TPO)	19800	14400	34200
Anti-Tireoglobulina (Anti-TG)	12600	14400	27000
Chagas	25200	36.000	61200
Citomegalovírus, IgG	23400	68.400	91800
Citomegalovírus, IgM	23400	68.400	91800
Estradiol (E2)	16500	50.400	66900
Hepatite A, Anti HAV - IgG	12600	NA	12600
Hepatite A, Anti HAV - IgM	12600	NA	12600
Hepatite B, Anti HBc Total	41400	111.600	153000
Hepatite B, Anti HBe	1800	NA	1800
Hepatite B, Anti HBs	27000	72.000	99000
Hepatite B, HBeAg	1800	NA	1800
Hepatite B, HBsAg	41400	118.800	160200
Hepatite C, Anti HCV	36000	93.600	129600
HIV	37800	115.200	153000
Hormônio Estimulante da Tireóide (TSH)	90000	280.800	370800
Hormônio folículo estimulante (FSH)	21600	57.600	79200
Hormônio Luteinizante (LH)	18000	50.400	68400
HTLV I e II	36000	97.200	133200

Progesterona (PROG)	14400	46.800	61200
Prolactina (PRL)	21600	25.200	46800
PSA Livre	9000	18000	27000
PSA Total	48600	104.400	153000
Rubéola, IgG	16200	54.000	70200
Rubéola, IgM	1800	NA	1800
Sífilis	NA	100.800	100800
Testosterona Total (TESTO)	21600	21.600	43200
Tiroxina (Tetraiodotironina) (T4)	18000	68.400	86400
Tiroxina Livre (FT4)	82800	259.200	342000
Toxoplasmose, IgG	36000	108.000	144000
Toxoplasmose, IgM	36000	108.000	144000
Triiodotironina (T3)	36900	75.600	112500

Anexo 02 – Estimativa de Custo da Contratação de Testes para a RELSP (13 laboratórios de saúde pública).

ITEM	Código SIMPAS	Descritivo	Unidade de Fornecimento (UF)	Quantitativo	PREÇO UNITARIO	PREÇO GLOBAL
1	65.05.19.00128429-0	TESTE dosagem de estradiol	UN	66.900	R$ 18,00	R$ 1.204.200,00
2	65.05.19.00128430-4	TESTE, completo, para HTLV I/II, pesquisa simultanea de anticorpos IgG e IgM, contra virus linfotropicos da celula T humana tipo I e tipo II (HTLV I/II), com antigenos obtidos de lisado viral e/ou DNA recombinante e/ou polipetideo sintetico	UN	133.200	R$ 39,80	R$ 5.301.360,00
3	65.05.19.00128431-2	TESTE, dosagem de alfafetoproteina	UN	3.000	R$ 22,92	R$ 68.760,00
4	65.05.19.00128432-0	TESTE, dosagem de Anti-TPO,	UN	34.200	R$ 13,00	R$ 444.600,00
5	65.05.19.00128433-9	TESTE, dosagem de CA 125 (antigeno carboidratado),	UN	9.000	R$ 19,00	R$ 171.000,00
6	65.05.19.00128434-7	TESTE, dosagem de CA 15-3 (Antigeno carbohidratado 15-3)	UN	3.600	R$ 26,00	R$ 93.600,00
7	65.05.19.00128435-5	TESTE, dosagem de CA 19-9 (Antigeno carboidratado 19-9),	UN	5.400	R$ 26,00	R$ 140.400,00
8	65.05.19.00128436-3	TESTE, dosagem de CEA (antigeno carciembrionario)	UN	5.400	R$ 23,73	R$ 128.142,00
9	65.05.19.00128437-1	TESTE, dosagem de FSH,	UN	79.200	R$ 16,00	R$ 1.267.200,00
10	65.05.19.00128438-0	TESTE, dosagem de hormonio AAT, anticorpo anti-tireoglobulina	UN	27.000	R$ 16,00	R$ 432.000,00

11	65.05.19.00128439-8	TESTE, dosagem de LH	UN	68.400	R$ 16,00	R$ 1.094.400,00
12	65.05.19.00128440-1	TESTE, dosagem de progesterona	UN	61.200	R$ 16,00	R$ 979.200,00
13	65.05.19.00128441-0	TESTE, dosagem de prolactina, .	UN	46.800	R$ 15,00	R$ 702.000,00
14	65.05.19.00128442-8	TESTE, dosagem de PSA livre	UN	27.000	R$ 14,00	R$ 378.000,00
15	65.05.19.00128443-6	TESTE, dosagem de PSA total	UN	153.000	R$ 20,56	R$ 3.145.680,00
16	65.05.19.00128444-4	TESTE, dosagem de T3	UN	112.500	R$ 11,00	R$ 1.237.500,00
17	65.05.19.00128445-2	TESTE, dosagem de T4 livre	UN	342.000	R$ 11,00	R$ 3.762.000,00
18	65.05.19.00128446-0	TESTE, dosagem de T4	UN	86.400	R$ 11,00	R$ 950.400,00
19	65.05.19.00128447-9	TESTE, dosagem de testosterona	UN	43.200	R$ 18,00	R$ 777.600,00
20	65.05.19.00128448-7	TESTE, dosagem de TSH	UN	370.800	R$ 10,00	R$ 3.708.000,00
21	65.05.19.00128449-5	TESTE, para anticorpos anti HBs, deteccao qualitativa e quantitativa de anticorpos anti HBs	UN	99.000	R$ 19,00	R$ 1.881.000,00
22	65.05.19.00128450-9	TESTE, para anticorpos contra o trypanosoma cruzi, pesquisa completa de anticorpos IgG ou IgG+IgM, contra o trypanosoma cruzi utilizando antígenos recombinantes ou lisado do parasita	UN	61.200	R$ 39,80	R$ 2.435.760,00
23	65.05.19.00128451-7	TESTE, para anticorpos contra treponema pallidum, pesquisa completa de anticorpos IgG ou IgG+IgM, contra treponema pallidum utilizando antigenos recombinantes	UN	100.800	R$ 32,00	R$ 3.225.600,00
24	65.05.19.00128452-5	TESTE, para deteccao de anticorpos do antigeno E do virus da hepatite B.	UN	1.800	R$ 21,00	R$ 37.800,00

25	65.05.19.00128453-3	TESTE, para deteccao de anticorpos IgG anti-Citomegalovirus.	UN	91.800	R$ 20,98	R$ 1.925.964,00
26	65.05.19.00128454-1	TESTE, para anticorpos IgG anti-rubeola.	UN	70.200	R$ 22,38	R$ 1.571.076,00
27	65.05.19.00128455-0	TESTE, para anticorpos IgG anti-toxoplasmose	UN	144.000	R$ 17,70	R$ 2.548.800,00
28	65.05.19.00128456-8	TESTE, para anticorpos IgM anti-citomegalovirus	UN	91.800	R$ 22,12	R$ 2.030.616,00
29	65.05.19.00128457-6	TESTE, para anticorpos IgM anti-rubeola	UN	1.800	R$ 21,60	R$ 38.880,00
30	65.05.19.00128458-4	TESTE, para anticorpos IgM anti-toxoplasmose	UN	144.000	R$ 18,95	R$ 2.728.800,00
31	65.05.19.00128459-2	TESTE, para anticorpos IgM da hepatite A	UN	12.600	R$ 22,00	R$ 277.200,00
32	65.05.19.00128460-6	TESTE, para antigeno da superficie da hepatite B, pesquisa completa do antigeno da superficie do virus da hepatite B (HBsAg Monoclonal), incluindo a deteccao de virus mutantes	UN	160.200	R$ 16,00	R$ 2.563.200,00
33	65.05.19.00128461-4	TESTE, para deteccao do antigeno E do virus da hepatite B	UN	1.800	R$ 22,00	R$ 39.600,00
34	65.05.19.00128462-2	TESTE, para deteccao de Anti-HBc total, pesquisa completa de anticorpos IgM e IgG, contra os antigenos do core do virus da hepatite B	UN	153.000	R$ 20,00	R$ 3.060.000,00
35	65.05.19.00128463-0	TESTE, para deteccao de anti-HCV, anticorpos totais (IGG e IGM) para hepatite C, com antigenos de peptideos e/ou proteinas recombinantes	UN	129.600	R$ 26,80	R$ 3.473.280,00

36	65.05.19.00128464-9	TESTE, para deteccao de anticorpos da hepatite A	UN	12.600	R$ 29,00	R$ 365.400,00
37	65.05.19.00128465-7	TESTE, para deteccao de HIV 1/2/0, pesquisa completa e simultanea de antigeno p24 e anticorpos, contra os virus da imunodeficiencia humana tipo 1, 2 e subtipo O	UN	153.000	R$ 20,00	R$ 3.060.000,00
TOTAL						R$ 57.249.018,00

Referência: Processo nº 019.5064.2025.0061200-39 SEI nº 00114485898

Documento assinado eletronicamente por **João Emmanuel Almeida**, **Coordenador**, em 29/07/2025, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00119175840** e o código CRC **64505887**.

Referência: Processo nº 019.5064.2025.0061200-39 SEI nº 00119175840